

PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO 2015 - 2025

Plano Municipal Decenal de Educação



Santa Rita do Sapucaí planejando 10 ANOS

LEI Nº 4846/2015

DE 24 DE JUNHO DE 2015.

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DECENAL DE
EDUCAÇÃO, PARA O DECÊNIO 2015/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Sapucaí, faz saber, que a
Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal Decenal de Educação
para o decênio 2015/2015, a que se refere o art. 8º da Lei Federal 13.005/2014, de 25 de
junho de 2014.

Parágrafo Único – Passa a fazer parte integrante da presente Lei,
como ANEXO ÚNICO, o Caderno de Estudos com todo o conteúdo do Plano Municipal
Decenal de Educação, subdividido em cinco Temas principais que contém: a Análise
Situacional do Município (item 1), a Administração Pública (item 2), a Educação
Municipal (item 3), Dados Estatísticos da Educação no Município (item 4) e Metas e
Estratégias Pactuadas no Plano Municipal de Educação de Santa Rita do Sapucaí (item
5).

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução das Metas e
Estratégias Pactuadas no Plano Municipal Decenal de Educação correrão por conta de
dotações orçamentárias próprias e em parceria com os Governos Estadual e Federal,
devendo o Poder Executivo propor as adequações e alterações necessárias na LDO e no
PPA em vigor.

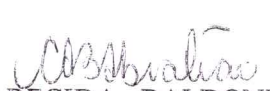


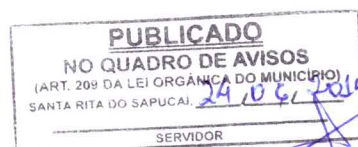
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

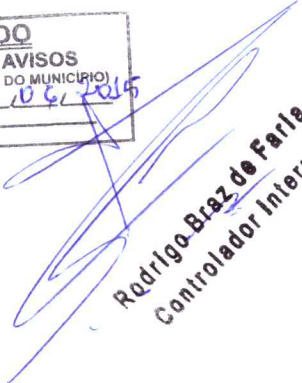
Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí, 24 de junho de 2015.


JEFFERSON GONÇALVES MENDES
PREFEITO MUNICIPAL


CRISTIANE APARECIDA BALDONI ABRAHÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO




Rodrigo Braz de Faria
Controlador Interno



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ - MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITO

Jefferson Gonçalves Mendes

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Reinaldo de Cássia Amaral

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cristiane Aparecida Baldoni Abrahão

ASSESSORA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Maria Cleusa da Silva

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Leila Maria Ribeiro Vilela Mamud

COMISSÃO TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO
FINAL DO PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO

Nivaldo Dos Santos Galdino

Rita Elena Carneiro Adami

Renata Pereira Da Silva

Simone Chagas Cintra

Simone Dias Barroso

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação é um documento elaborado com a participação de todos os segmentos da população brasileira e estabelece as diretrizes que estruturarão a Educação por um período de dez anos.

De acordo com o art. 8º, da LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é responsabilidade dos entes citados a elaboração de seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas. Os entes federados estabelecem nos respectivos planos de educação estratégias que assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais; que considerem as necessidades específicas das populações do campo asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; que garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades e que promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

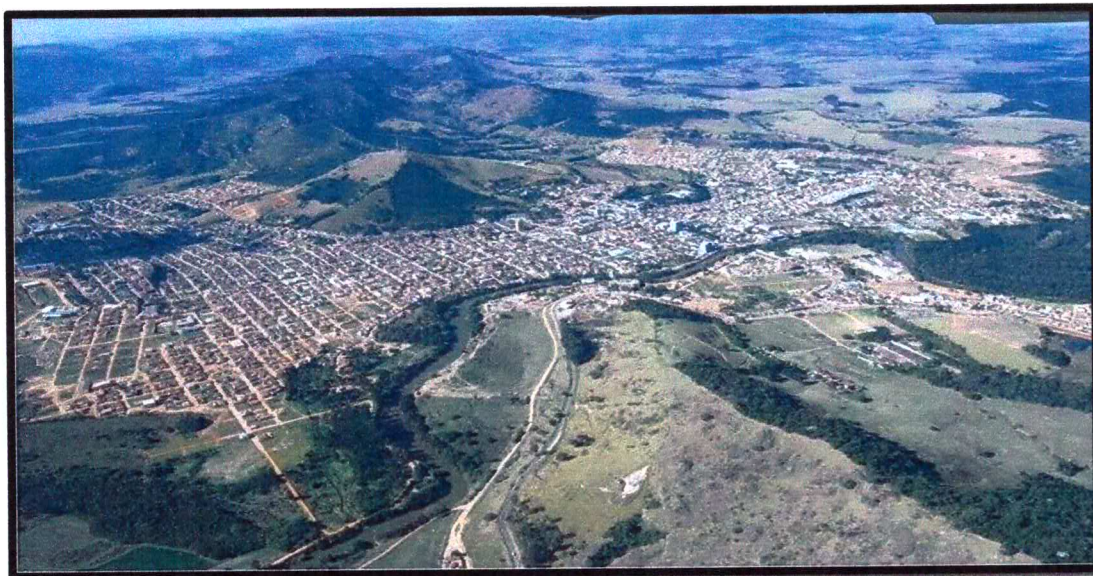
O diagnóstico a seguir informa possibilidades e limitações de nosso município nas esferas social, econômica, administrativa, histórica e educacional. Tal documento foi construído com base na realidade de Santa Rita do Sapucaí, e através de comparações entre os dados municipais, estaduais e nacionais.

Como consequência desse diagnóstico, no Plano Decenal Municipal de Educação de Santa Rita do Sapucaí, são apresentadas propostas para a organização da educação no município. São analisados aspectos significativos dos níveis e modalidades da educação, estando incluídas a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos, com dados relacionados à Erradicação do Analfabetismo, o Ensino Médio e Educação Profissional, e a Educação Superior. Finalmente, são analisados com a participação democrática da comunidade Santa-Ritense.

1. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

1.1 Aspectos Históricos

FIGURA 1 - Foto aérea do município



http://www.brasilocal.com/minas_gerais/santa_rita_do_sapucaí.html

No Sul de Minas Gerais, Santa Rita do Sapucaí, é hoje uma cidade de expressão nacional pela projeção de suas escolas, de sua indústria e pela agropecuária.

FIGURA 2 - Foto da Praça Central do município



http://www.brasilocal.com/minas_gerais/santa_rita_do_sapucaí.html

FIGURA 3 – Escultura de Santa Rita de Cássia no Trevo de entrada da cidade.



http://www.brasilocal.com/minas_gerais/santa_rita_do_sapucaí.html

A data magna da cidade é o dia 22 de maio, festa da Padroeira, celebrada todos os anos com conotações religiosas, folclóricas e socioculturais.

A padroeira, Santa Rita de Cássia, Santa italiana nascida no século XIV, modelo de virtude e coragem, é o símbolo de mulher santa-ritense.

O aniversário de emancipação político-administrativa é comemorado no dia 24 de maio.

Destacam-se entre ilustres figuras da terra, o Ex- Presidente da República e Ex-Governador do Estado Dr. Delfim Moreira da Costa; o Ex - Embaixador e Ex-Ministro da Justiça Dr. Olavo Bilac Pinto; Benfeitora inesquecível Luzia Rennó Moreira (Dona Sinhá Moreira); Dr. José Francisco Rezek, Ex- Juiz da Corte Internacional de Haia, na Holanda; Desembargador e Corregedor do Estado Dr. José Arthur Carvalho Pereira; Major Brigadeiro do Ar Hermes Moreira; Dr. Olavo Bilac Pinto Neto, Deputado Federal e o jogador de futebol José Vitor Roque Júnior.

Santa Rita do Sapucaí foi fundada por uma família de portugueses, Sr. Manoel da Fonseca, sua esposa Dona Genoveva Maria Martins, o filho Antônio e sua filha menor Maria Rita, que se instalaram às margens do Ribeirão do Mosquito próximo à Igreja de São Benedito.

Saíram eles de Olivença, uma dentre tantas cidades de Portugal descontentes com a anexação da terra natal à Espanha.

Desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro e foram ali recebidos por D. João VI que não se esquecera dos serviços prestados por Manoel da Fonseca, quando da invasão de Napoleão Bonaparte a Portugal.

O Casal se instalou em Baependi e ali desenvolveu um comércio lucrativo, e quando soube das terras devolutas às margens do Sapucaí, serviram-se de recomendações do Imperador e, vendendo seus bens, rumaram com os filhos e escravos para tomar posse das terras, que ficavam nas margens do Rio Sapucaí. Sempre portando a santa de sua devoção (Santa Rita de Cássia), fundaram a freguesia que iria celebrar o nome da Santa.

Para cumprir a promessa, pedindo um milagre para salvar o chefe da família, doaram a santa oito alqueires de terra. Quatro anos após falecido Manoel da Fonseca, sua Esposa Dona Genoveva consolidou a promessa mandando construir a capela onde foi celebrada a primeira missa.

No dia 22 de maio, o Pe. Mariano Accioli oficiava a 1ª missa e introduzia a imagem que trazida de Portugal, e estava fundada a freguesia que, mais tarde, viria a se tornar a cidade de Santa Rita do Sapucaí.

Datas Históricas

- 1821 - Doação de oito alqueires feita pelos fundadores.
- 1825 - Celebração da primeira missa na Capela.
- 1836 - A Capela recebe prerrogativas de Curato.
- 1839 - Elevação à categoria de Freguesia.
- 1839 - Elevada à paróquia e seu primeiro pároco foi Pe. Athanásio José Rodrigues.
- 1888 - É elevada à categoria de Vila, em 1º de setembro.
- 1891 - Foi instalado na Vila o Fórum Cível.
- 1892 - Foi elevada à categoria de cidade, em 24 de maio.
- Santa Rita do Sapucaí comemora 123 anos, em 2015.

Vários nomes

- Santa Rita do Mosquito.
- Santa Rita do Vintém (adotado pelo povo).
- Santa Rita da Boa Vista.
- Santa Rita do Sapucaí, em 1880, nome oficial.
- O nome atual tem 135 anos.

Sapucaí, do Tupi-Guarani, significa a terra das Sapucaias. Sapucaia é uma espécie de árvore.

Santa Rita do Sapucaí é conhecida em Minas Gerais por sua vanguarda no ramo da eletrônica e telecomunicações, pois tem um arranjo produtivo local dessas indústrias. Depois do seu grande desenvolvimento, ficou conhecida como "Vale do Silício" brasileiro, segundo matéria da Revista IstoÉ ¹Dinheiro.

A semente do Vale da Eletrônica foi plantada pela benemerita "Sinhá Moreira", que fundou a escola técnica de eletrônica. Logo depois, foi criado o Instituto Nacional de Telecomunicações e, alguns anos depois, a FAI. Essas três escolas formam a mão de obra do Vale.

Assim, a ideia de Dona Sinhá Moreira expandiu-se e foi incorporada pelas administrações públicas, passando a contar com a força de outros nomes expressivos no panorama econômico e político brasileiro, o que a conduziu para a formação do chamado "Vale da Eletrônica".

Desde então, a cidade tomou novos rumos na área tecnológica, criando ambiente para que os alunos ali formados permanecessem com suas ideias e projetos, criando novas indústrias, que passaram a dar o tom do desenvolvimento à cidade, possibilitando que seus jovens se empregassem e desenvolvessem suas carreiras profissionais.

Em 2015, o município conta com 06 (seis) Centros Municipais de Educação Infantil, 09 (nove) escolas municipais, 04 (quatro) escolas estaduais, 03 (três) escolas particulares do berçário à Educação Infantil, 01 (uma) escola particular do berçário aos anos finais do Ensino Fundamental, (01) escola particular do berçário ao Ensino Médio e Técnico, (01) escola de Ensino Médio-Técnico denominada Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, que iniciou suas atividades em 1959 como sendo a 1ª escola de eletrônica de nível médio da América Latina. No Ensino Superior o município conquistou sua primeira instituição em 1965, o INATEL – Instituto Nacional de Telecomunicações, primeira instituição de ensino do país a oferecer um curso superior de Engenharia tendo as telecomunicações como foco. E no ano de 1971 nascia a FAI – Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação, trazendo para nossa cidade o 1º Curso de Administração de Empresas de Minas. E também contamos com o Grupo UNINTER – FACINTER que oferece cursos em modo EAD (Ensino à Distância).

¹ Fonte: istoedinheiro-temp/edicoes/581/imprime116597.htm

Hoje, as instituições de Ensino Superior do município oferecem cursos em diversos setores, além de pós-graduações e mestrados.

FIGURA 4 – Fachadas da ETE, FAI e INATEL



Fonte: www.google.com/imagens

1.2 Aspectos Físicos

Santa Rita do Sapucaí é um município da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas, no estado de Minas Gerais, no Brasil. É conhecida como "O Vale da Eletrônica", devido aos centros educacionais e empresas dessa área situados na cidade. O Município está compreendido numa área de 321 quilômetros quadrados, com altitude de 821 metros e temperatura entre 6° e 32° C. Atualmente é Comarca Intermediária e dista, em linha reta 316 Km da Capital do Estado, Belo Horizonte.

A população de Santa Rita do Sapucaí conforme o Censo Demográfico de 2010 é de 37.754 habitantes distribuída em 32.458 moradores da zona urbana e 5.296 moradores da zona rural.

FIGURA 5 – Mapa de Localização de Santa Rita do Sapucaí – MG.



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+localização+de+santa+rita+do+sapucaí>

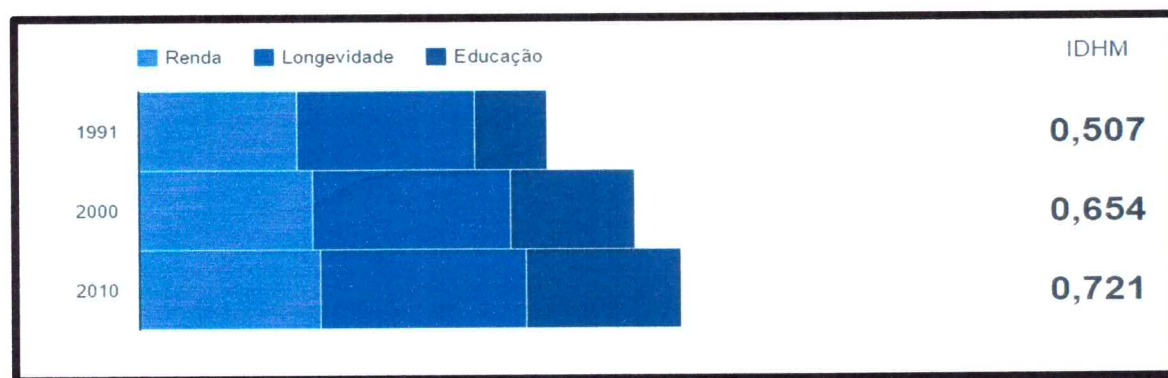
TABELA 1 – Principais informações sobre o município de Santa Rita do Sapucaí – MG.

Área 351,21 km²	IDHM 2010 0,721	Faixa do IDHM Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	População (Censo 2010) 37.754 hab.
Densidade demográfica 107,58 hab/km²	Ano de instalação 1888	Microrregião Santa Rita do Sapucaí	Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas

http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa%20rita%20do%20sapuca%C3%AD_mg

1.3 IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

GRÁFICO 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

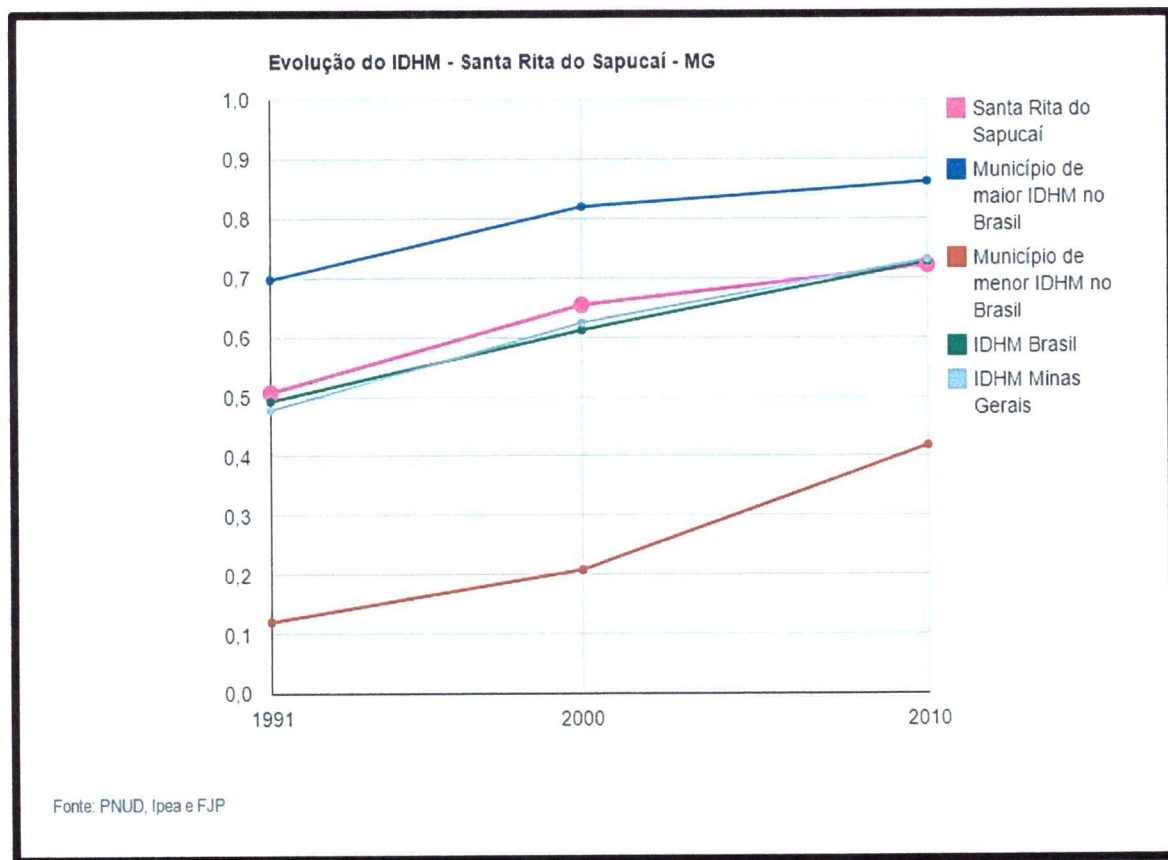


Fonte: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa%20rita%20do%20sapuca%C3%AD_mg

Entre 1991 e 2000 o IDHM passou de 0,507 em 1991 para 0,654 em 2000 - uma taxa de crescimento de 28,99%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 70,18% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,219), seguida por Longevidade e por Renda. De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,507, em 1991, para 0,721, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 42,21% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 56,59% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,334), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Santa Rita do Sapucaí ocupa a 1266ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

GRÁFICO 2 – Evolução do IDHM no município (1991-2010)



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

1.4 Demografia e Saúde

Entre 2000 e 2010, a população de Santa Rita do Sapucaí cresceu a uma taxa média anual de 1,90%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 81,62% para 85,97%. Em 2010 viviam, no município, 37.754 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,93%. Na UF, esta taxa foi de 1,43%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 76,34% para 81,62%.

TABELA 2 - População Total, por gênero, Rural/Urba

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Homens	13.059	49,62	15.519	49,64	18.863	49,96
Mulheres	13.258	50,38	15.745	50,36	18.891	50,04
Urbana	20.091	76,34	25.519	81,62	32.458	85,97
Rural	6.226	23,66	5.745	18,38	5.296	14,03
População Total	26.317	100,00	31.264	100,00	37.754	100,00

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

1.5 Estrutura Etária

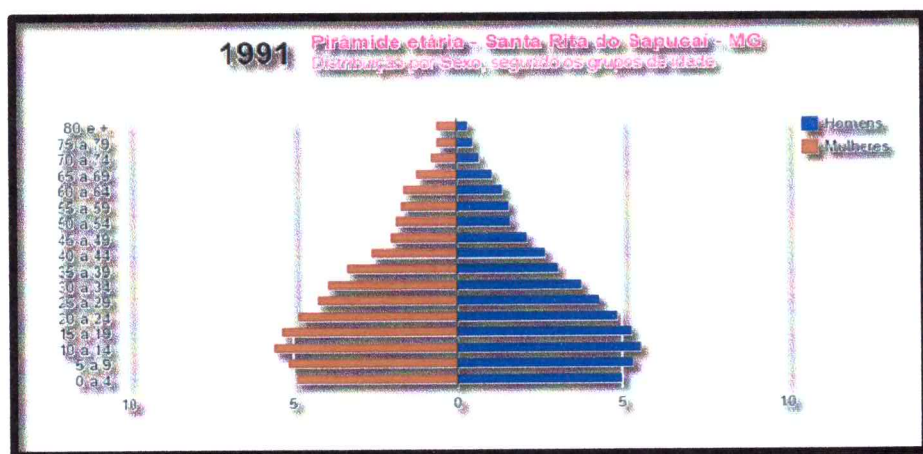
Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 52,72% para 42,39% e a taxa de envelhecimento, de 7,03% para 7,64%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 60,13% e 5,96%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

TABELA 3 - População Total, por gênero, Rural/Urba

Estrutura Etária	População (1991)	% do total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	8.314	31,59	8.594	27,49	8.357	22,14
15 a 64 anos	16.435	62,45	20.471	65,48	26.514	70,23
65 anos ou mais	1.568	5,96	2.199	7,03	2.883	7,64
Razão de dependência	60,13	-	52,72	-	42,39	-
Índice de envelhecimento	5,96	-	7,03	-	7,64	-

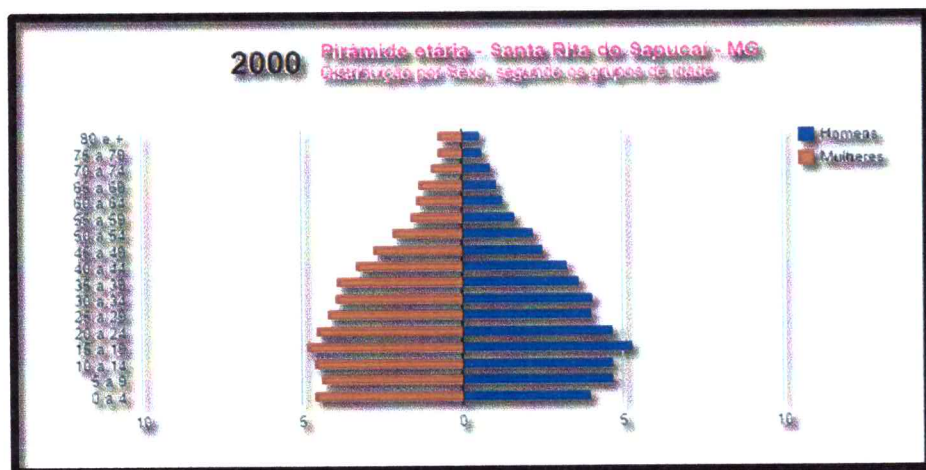
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

GRÁFICO 3 – Pirâmide Etária - 1991



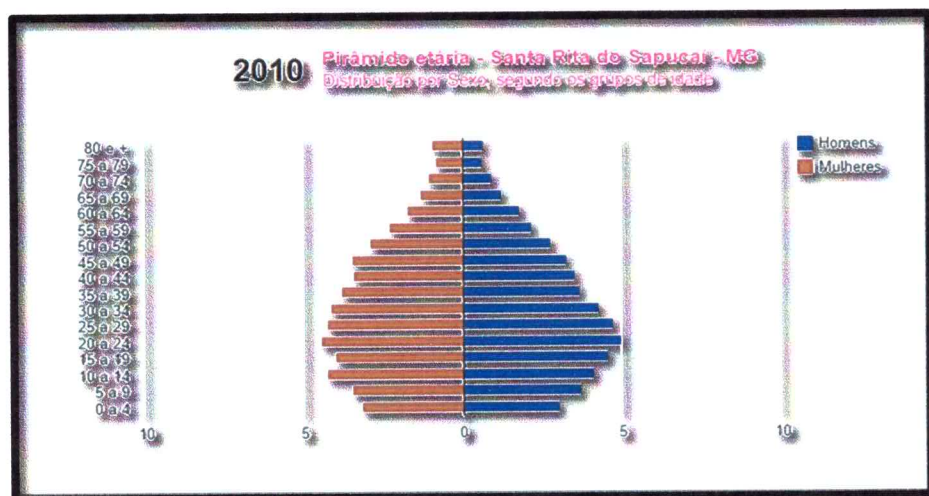
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

GRÁFICO 4 – Pirâmide Etária - 2000



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

GRÁFICO 5 – Pirâmide Etária 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

1.5.1 Longevidade, Mortalidade, Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 21,6 por mil nascidos vivos, em 2000, para 15,6 por mil nascidos vivos, em 2010.

Em 1991, a taxa era de 28,8. Já na UF, a taxa era de 15,1, em 2010, de 27,8, em 2000 e 35,4, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 2,3 anos na última década, passando de 72,5 anos, em 2000, para 74,8 anos, em 2010. Em 1991, era de 68,3 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

TABELA 4 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade no Município

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,3	72,5	74,8
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	28,8	21,6	15,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	38,0	23,7	18,2
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,5	2,4	2,0

Fonte: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa%20rita%20do%20sapuca%C3%AD_mg

1.6 Infraestrutura Urbana

Em 2010, Santa Rita do Sapucaí registrava 11.255 domicílios permanentes constatando-se que a maioria dos imóveis residenciais são casas, que representam 96,2% dos domicílios. Os apartamentos representam 3,5% do total. Vila, condomínio e cortiços representam juntos, 0,3% dos imóveis residenciais. Dos quais 84,7% contam com coleta de lixo, 85,5% possuem rede geral de água tratada e 99,8 possuem energia elétrica. Tais informações constam na tabela abaixo:

TABELA 5 – Informações sobre os domicílios do município

Anos	2010
Domicílios permanentes	11.255
Domicílios com rede geral de água	9.631
Domicílios com lixo coletado	10.034
Domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza	499
Domicílios com energia elétrica	11.242
Número de casas	10.829
Número de apartamentos	394
Número de casas de vila ou em condomínio	8
Número de cômodo, cortiço ou cabeça de porco	24

Fonte: IBGE, 2013.

1.7 Pobreza e Desigualdade de renda

A renda per capita média de Santa Rita do Sapucaí cresceu 79,55% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 411,24, em 1991, para R\$ 621,02, em 2000, e para R\$ 738,40, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,13%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,69%, entre 1991 e 2000, e 1,75%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 37,16%, em 1991, para 13,87%, em 2000, e para 4,96%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,61, em 1991, para 0,59, em 2000, e para 0,48, em 2010.

TABELA 6 – Renda, Pobreza e Desigualdade no município.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	411,24	621,02	738,40
% de extremamente pobres	10,22	2,43	1,23
% de pobres	37,16	13,87	4,96
Índice de Gini ²	0,61	0,59	0,48

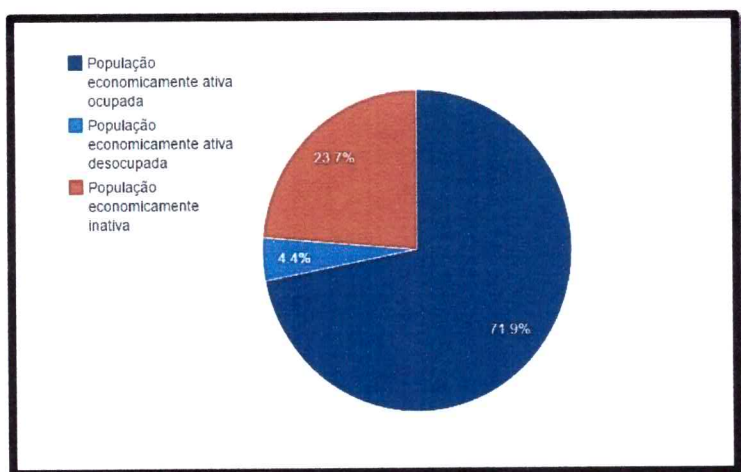
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

² Mede o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar per capita de um determinado local. O índice varia de 0 a 1. Quando o valor é igual a 1, existe perfeita desigualdade, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único indivíduo. Entretanto, quando o valor é igual a 0, tem-se perfeita igualdade, ou seja, a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios.

1.8 Trabalho

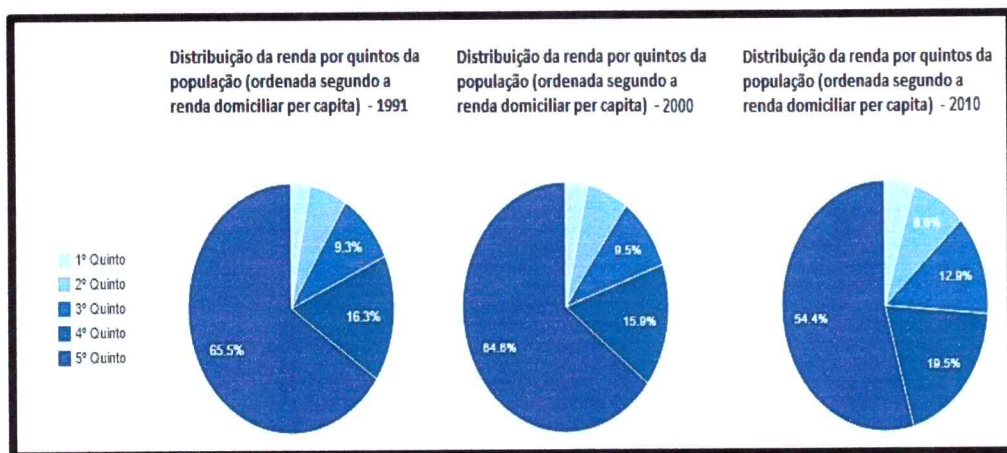
Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 65,36% em 2000 para 71,93% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,93% em 2000 para 4,37% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 14,21% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 18,38% na indústria de transformação, 6,39% no setor de construção, 0,51% nos setores de utilidade pública, 11,84% no comércio e 33,92% no setor de serviços.

GRÁFICO 6 – Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

GRÁFICO 7 – Distribuição de renda por quintos da população.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

TABELA 7– Ocupação da população de 18 anos ou mais

	2000	2010
Taxa de atividade	65,36	71,93
Taxa de desocupação	8,93	4,37
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	65,46	74,52
% dos ocupados com fundamental completo	44,50	56,68
% dos ocupados com médio completo	29,86	42,35
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	49,24	11,73
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	78,17	75,18
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	91,89	92,71

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A melhora no cenário econômico do país nas últimas décadas contribuiu para o avanço socioeconômico. A estabilização da moeda após 1994 colaborou para diminuição da pobreza, uma vez que a inflação, ao deteriorar o valor do dinheiro, aumenta a pobreza. Ademais, o crescimento real do salário mínimo e as políticas de transferência de renda adotadas com mais vigor durante o Governo Lula (2003-2010) também cooperaram para reduzir a pobreza.

Além de diminuir a pobreza, Santa Rita do Sapucaí reduziu a desigualdade de renda. O Índice de Gini da renda domiciliar per capita comprova o fato.

1.9 Vulnerabilidade Social

TABELA 8 - Vulnerabilidade Social - Santa Rita do Sapucaí

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	28,82	21,60	15,60
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	82,24	57,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	19,39	3,54	1,97
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	11,85	5,34
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,12	1,03	1,87
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	5,12	4,72

Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	10,04	13,19	14,52
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,70	1,91	1,26
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	18,79	4,80	2,73
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	61,51	41,74	21,67
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	40,89	29,74
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	86,56	98,15	99,30

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

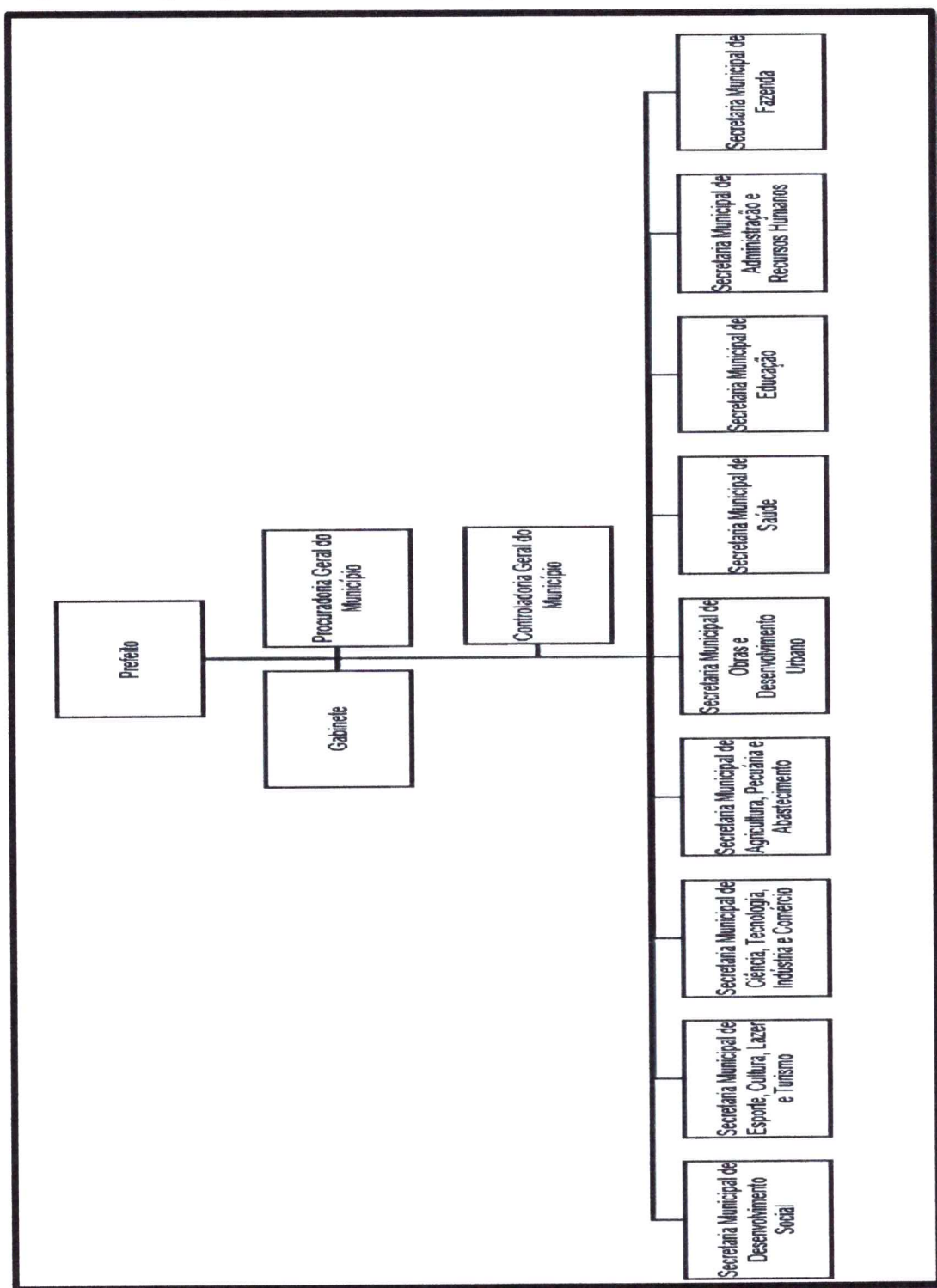
2.1 Estrutura

O organograma da Prefeitura mostra como estão dispostas as unidades funcionais, a hierarquia e as relações de comunicação existentes entre eles. Demonstrando a estrutura formal e a disposição de seus órgãos.

A Estrutura Administrativa do Governo Municipal é composta por órgãos segmentados, tendo níveis de atuação e abrangência definidos por área. Estes têm como objetivo criar condições e realizar as metas e ações propostas. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí está constituída pelos seguintes órgãos:

- Secretaria de Administração e R.H.;
- Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Secretaria de Ciência, Tecnologia, Indústria e Comércio;
- Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Desenvolvimento Social;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo;
- Secretaria Municipal da Fazenda;

Figura 6 – Organograma Prefeitura Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal – Setor de Controladoria

2.2 Quadro de Pessoal

A tabela a seguir, demonstra a quantidade de servidores da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí.

TABELA 9 – Cargos da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí – MG.

Cargos comissionados	43
Celetistas	55
Estatutários	843
Estatutários em cargos comissionados	32
Temporários	189

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí – MG, Gerência da Folha de Pagamentos, 2015.

2.3 Economia

O município de Santa Rita do Sapucaí destaca-se economicamente por meio das atividades industriais, principalmente na área de eletrônica, telecomunicações e informática. Existe também empresas de confecções, mecânica fina, artes gráficas, material de construção, entre outras.

A atividade agropecuária desenvolvida na zona rural, apresenta como principais culturas agrícolas o café e o milho.

O PIB – Produto Interno Bruto do município é majoritariamente sustentado pelo setor de serviços conforme apresentado na tabela a seguir:

2.3.1 Análise Geral de Receita e Despesas do Município

Os setores que apresentam maior peso na economia municipal são, conforme o PIB, os de indústrias e serviços. A TABELA 10 mostra que a receita do município tem como parcela mais representativa as Transferências Correntes. O crescimento da receita orçamentária apresentou as seguintes variações: 2011 a 2012 - 5,68%, 2012 a 2013 - 12,25% e 2013 para 2014 - 13,57%.

TABELA 10 – Evolução da Receita Arrecadada no Município no Período de 2011 a 2014

DESCRIÇÃO	ARRECADAÇÃO POR EXERCÍCIO/VALOR (R\$)			
	2011	2012	2013	2014
1-RECEITAS	56.276.953,59	58.987.024,49	67.302.601,92	74.777.192,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.206.838,41	7.752.779,71	8.457.775,77	10.589.444,77
Impostos	6.767.956,51	7.295.244,85	8.121.200,85	10.336.589,90
Taxas	438.881,90	457.534,86	336.574,92	252.854,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO	566.699,00	582.121,88	597.035,58	627.422,89
RECEITA PATRIMONIAL	581.025,54	318.079,18	600.542,11	1.660.587,23
RECEITAS DE SERVIÇOS	237.912,49	190.905,49	269.164,53	318.056,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.306.913,07	49.215.551,14	56.390.480,98	60.474.228,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.248.451,47	750.425,24	869.592,83	890.353,33
2-RECEITAS DE CAPITAL	808.052,59	1.382.139,47	406.996,61	1.767.385,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
ALIENAÇÃO DE BENS				
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	808.052,59	1.382.139,47	406.996,61	1.767.385,50
3-DEDUÇÃO DA RECEITA	6.758.268,56	7.182.273,90	8.007.969,08	8.740.039,46
FUNDEB	6.758.268,56	7.182.273,90	8.007.969,08	8.740.039,46
Outras Deduções				
TOTAL DA RECEITA	50.326.737,62	53.186.890,06	59.701.629,45	67.804.538,97

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí(2015).

A TABELA 11, destaca a porcentagem das Transferências Correntes e da Receita Tributária na participação das Receitas Correntes Total do município de Santa Rita do Sapucaí, sendo ambas as mais significativas.

TABELA 11 – Parcela de Maior Contribuição na Composição das Receitas Correntes

PARCELAS DE MAIOR DE CONTRIBUIÇÃO NA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	% RELATIVO DO TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES			
	2011	2012	2013	2014
Receita Tributária	12,80%	13,14%	12,57%	14,16%
Transferências Correntes	82,28%	83,43%	83,79%	81,87%
Outras Fontes de Receitas	4,92%	3,43%	3,64%	3,97%

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí(2015).

Na composição da parcela Transferências Correntes (TABELA 12) estão as Transferências Intergovernamentais da União, destacando como principal fonte de arrecadação a Cota-parte do

Fundo de Participação dos Municípios, representando respectivamente nos anos de 2011 a 2014: 37,68%, 36,53%, 34,25% e 34,49% do total de Transferências Correntes. A variação das transferências da União entre os anos de 2011 e 2012, 2012 e 2013, 2013 e 2014 foram respectivamente de 3,49%; 11,50% e de 7,01%.

TABELA 12 – Transferências Correntes no Período de 2011 a 2014

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014
1-TRANSFERÊNCIAS	46.306.913,07	49.215.551,14	56.390.480,98	60.474.228,08
1.1-	46.103.154,18	48.956.707,39	56.148.022,95	60.185.324,26
1.1.1-UNIÃO	21.670.120,27	22.427.106,82	25.005.576,76	26.758.661,36
Cota-parte Fundo de Participação	17.450.713,52	17.979.898,38	19.313.380,97	20.858.084,45
Transferência Recursos SUS	2.320.749,08	2.322.411,98	3.305.388,04	3.133.812,16
Outros	1.898.657,67	2.124.796,46	2.386.807,75	2.766.764,75
1.1.2-ESTADO	17.028.200,76	18.617.734,87	21.562.326,32	23.811.807,33
Cota-parte ICMS	14.342.480,53	15.443.077,09	18.061.523,94	19.861.889,52
Cota-parte IPVA	2.288.736,70	2.712.985,51	3.007.456,09	3.371.812,66
Cota-parte IPI - Exportação	286.652,71	311.803,98	325.898,57	362.763,80
Outros	110.330,82	149.868,29	167.447,72	215.341,35
1.1.3-	7.404.833,15	7.911.865,70	9.580.119,87	9.614.855,57
Transferência Recursos FUNDEB	7.404.833,15	7.911.865,70	9.580.119,87	9.614.855,57
1.2-TRANSFERÊNCIAS	203.758,89	258.843,75	242.458,03	288.903,82

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí(2015).

A Transferência Intergovernamental do Estado de maior relevância é a Cota Parte do ICMS, representando entre 2011 a 2014 respectivamente 30,97%; 31,38%; 32,03% e 32,84% do total de Transferências Correntes. A variação das transferências do Estado entre os anos de 2011 e 2012, 2012 e 2013, 2013 e 2014 foram respectivamente de 9,33%;15,82% e 10,43%.

A variação do total das Transferências Correntes apresentou os seguintes resultados: 2011 a 2012, 6,28%; 2012 a 2013, 14,58% e 2013 a 2014, 7,24%.

TABELA 13 – Composição da Receita Tributária Arrecadada no Município no Período de 2011 a 2014

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO/RECEITA TRIBUTÁRIA			
	2011	2012	2013	2014
1-RECEITA TRIBUTÁRIA	7.206.838,41	7.752.779,71	8.457.775,77	10.589.444,77
1.1-IMPOSTOS	6.767.956,51	7.295.244,85	8.121.200,85	10.336.589,90
IPTU - Imposto sobre propriedade Predial e Territorial	2.133.809,94	2.338.915,76	2.641.537,25	2.824.620,83
Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer	513.840,84	558.415,17	591.748,67	846.343,47
ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis	753.739,40	871.845,31	1.092.198,08	2.228.043,02
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer	3.366.566,33	3.526.068,61	3.795.716,85	4.437.582,58
1.2-TAXAS	438.881,90	457.534,86	336.574,92	252.854,87
Taxa de Licença de Funcionamento de Estabelecimento Comercial,	153.508,53	182.371,05	168.254,40	186.352,79
Taxa de Publicidade Comercial				
Taxa de Licença para Execução de	45.395,04	54.769,17	58.799,14	75.269,48
Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	89.474,42	55.832,56	58.894,46	52.848,53
Taxa de Aprovação do Projeto de	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Emolumentos e Custas de	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de Serviços Cadastrais	143.072,39	153.892,22	44.625,42	3.224,01
Taxa de Cemitério	5.631,52	9.524,35	6.001,50	6.633,40
Taxa de Limpeza Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Taxas de Prestação de Serviço	1.800,00	1.145,51	0	3.796,14

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí (2015).

Conforme observado na TABELA 13, constata-se que a maior parte da Receita Tributária do município é composta pelo Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISSQN.

Percebe-se uma redução no total de arrecadação pelas Taxas de 25,24% na Receita Tributária quando comparada entre os anos de 2011 para 2014, devido principalmente a queda da Taxa de Serviços Cadastrais.

A TABELA 14 a seguir mostra a porcentagem que a Receita Tributária representa na Receita Total Orçamentária do Município.

A variação do total da Receita Tributária apresentou os seguintes resultados: 2011 a 2012, 7,58%; 2012 a 2013, 9,09% e 2013 a 2014, 25,20%.

TABELA 14 – Contribuição da Receita Tributária na Composição da Receita Total do Município

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014
Total da Receita Orçamentária	50.326.737,62	53.186.890,06	59.701.629,45	67.804.538,97
Total Geral das Receitas Tributárias	7.206.838,41	7.752.779,71	8.457.775,77	10.589.444,77
Contribuição da Receita Tributária no Total da Receita do Município	14,32%	14,57%	14,16%	15,61%

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí(2015).

A TABELA 15 nos permite analisar que somente em 2014 houve a receita realizada maior que a orçada. Já as despesas realizadas, desde 2012 são iguais ou menores à receita realizada.

TABELA 15 – Receitas e Despesas Orçadas e Realizadas no Período de 2011 a 2014

DESCRIÇÃO	2011 - (R\$)		2012 - (R\$)	
	ORÇADA	REALIZADA	ORÇADA	REALIZADA
Receita	52.878.915,00	50.326.737,62	61.682.626,00	53.186.890,06
Despesa	52.878.915,00	52.454.582,43	61.682.626,00	53.447.701,52
DESCRIÇÃO	2013 - (R\$)		2014 - (R\$)	
	ORÇADA	REALIZADA	ORÇADA	REALIZADA
Receita	69.140.893,00	59.701.629,45	63.138.925,00	67.804.538,97
Despesa	69.140.893,00	52.545.464,88	63.138.925,00	62.243.061,07

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí(2015).

A TABELA 16 a seguir, nos apresenta a despesa realizada no município por atividade governamental. Os setores que apresentam as maiores despesas são o da Educação, da Saúde e de Planejamento.

TABELA 16 – Evolução da Despesa Realizada por Atividade Governamental de 2011 a 2014

DESCRIÇÃO	ANO/VALOR (R\$)			
	2011	2012	2013	2014
TOTAL DAS DESPESAS	52.454.562,43	53.447.701,52	52.545.464,88	62.243.061,07
Educação, Esporte, Lazer e Cultura	17.485.616,62	18.056.029,67	21.337.747,46	21.070.330,09
Saúde	11.080.412,89	11.958.217,19	12.222.636,73	14.390.535,85
Planejamento	7.653.795,93	7.816.993,82	7.176.346,54	7.947.776,47
Obras, Habitação e Urbanismo	4.482.017,28	4.346.905,66	3.472.814,71	5.519.185,57
Assistência Social	1.002.479,61	1.557.510,94	1.730.078,62	2.143.688,32
Legislativa	947.966,94	811.817,09	1.102.463,88	1.209.228,30
Transporte	1.308.919,51	1.213.864,13	1.580.831,02	2.003.401,66
Meio Ambiente e	1.660.797,95	1.352.284,65	982.762,59	941.045,31
Energia e Recursos Minerais	840.630,63	904.893,65	750.757,63	832.811,91
Defesa Nacional e Segurança	1.481.267,06	1.591.552,97	1.394.828,19	1.635.192,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	4.507.678,01	3.837.631,75	3.794.197,51	4.549.865,59

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí (2015).

TABELA 17 – Extratos e Recursos

ANO	FUNDEB	QESE	PDDE	PNATE
2012	7.911.865,70	623.126,38	33.000,00	164.435,42
2013	9.580.119,87	664.717,98	92.720,00	153.697,80
2014	9.614.855,57	749.600,50	68.744,36	152.574,10

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí (2015).

3. A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

3.1 Análise Situacional

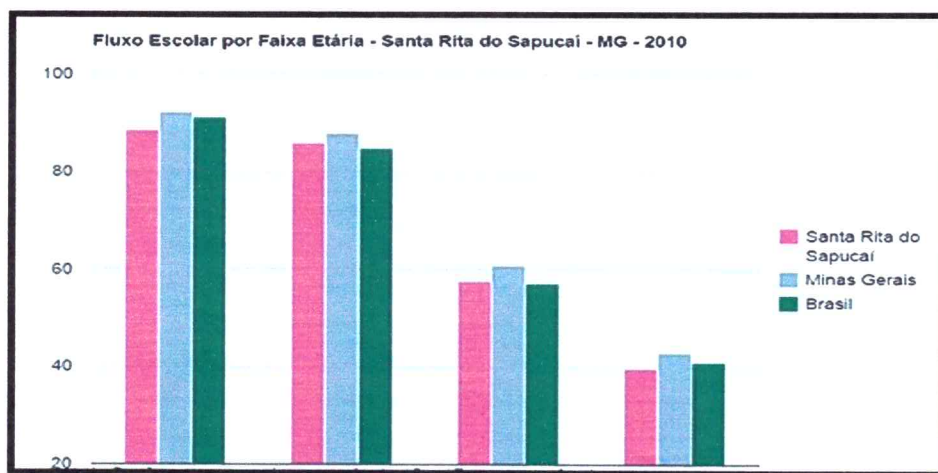
A articulação efetiva de esforços para as ações colaborativas deve ser construída no espaço territorial do município, onde vive o cidadão a quem o direito à educação precisa ser garantido. E para que seja possível dimensionar os esforços para alcançar tornou-se essencial a análise do cenário atual da educação Santa-Ritense, com o objetivo de reconhecer as fragilidades, as potencialidades e os fatores internos e externos que influenciam tal realidade.

Os dados utilizados para esta análise se fundamentaram na legislação vigente e nos principais indicadores educacionais, demográficos e socioeconômicos do município e seus resultados foram fundamentais para que metas e estratégias fossem criadas de maneira precisa, objetivando a tão sonhada educação de qualidade.

3.1.1 Crianças e Jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 88,58%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 86,05%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 57,63%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 39,67%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 40,15 pontos percentuais, 55,17 pontos percentuais, 41,94 pontos percentuais e 24,22 pontos percentuais.

GRÁFICO 8 - Fluxo Escolar por Faixa Etária - Santa Rita do Sapucaí - MG - 2010



% de 5 a 6 anos na escola

% de 15 a 17 anos com fundamental completo

% de 11 a 13 anos nos anos finais do Ensino Fundamental

% de 18 a 20 anos com médio completo

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

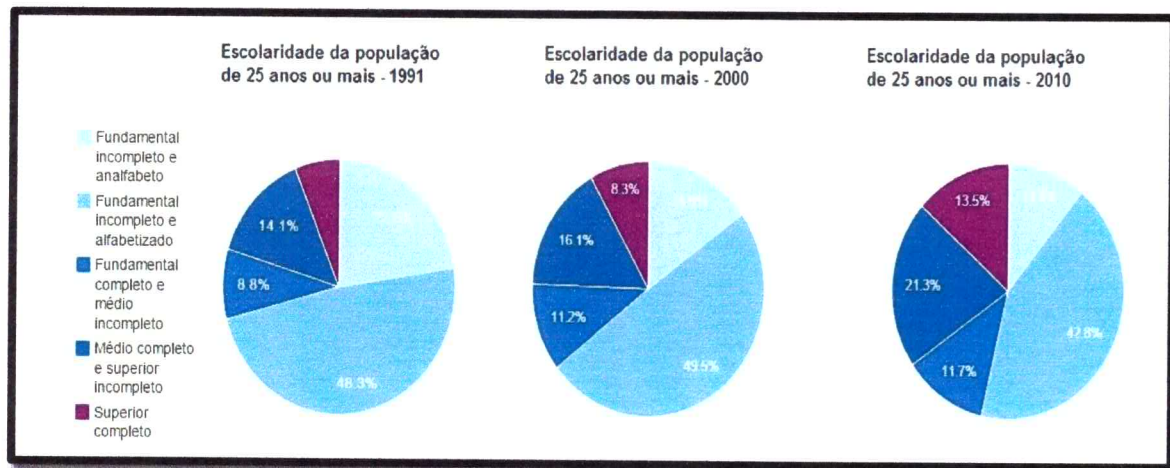
Em 2010, 82,21% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 80,33% e, em 1991, 70,77%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 23,17% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 10,51% e, em 1991, 6,79%.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,64 anos para 9,18 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,84 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.

3.1.2 População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 40,06% para 51,48%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 30,83% no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 10,78% eram analfabetos, 46,41% tinham o ensino fundamental completo, 34,75% possuíam o ensino médio completo e 13,46%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

GRÁFICO 9 – Escolaridade da População

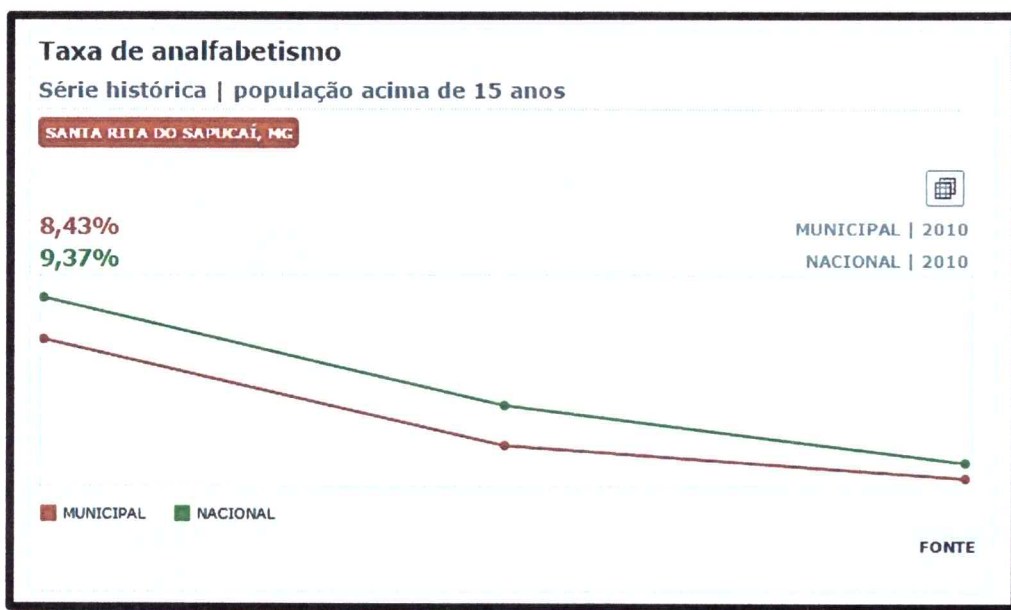


Fonte: PNUD, Ipea e FJP

4.0 DADOS ESTATÍSTICOS DO MUNICÍPIO

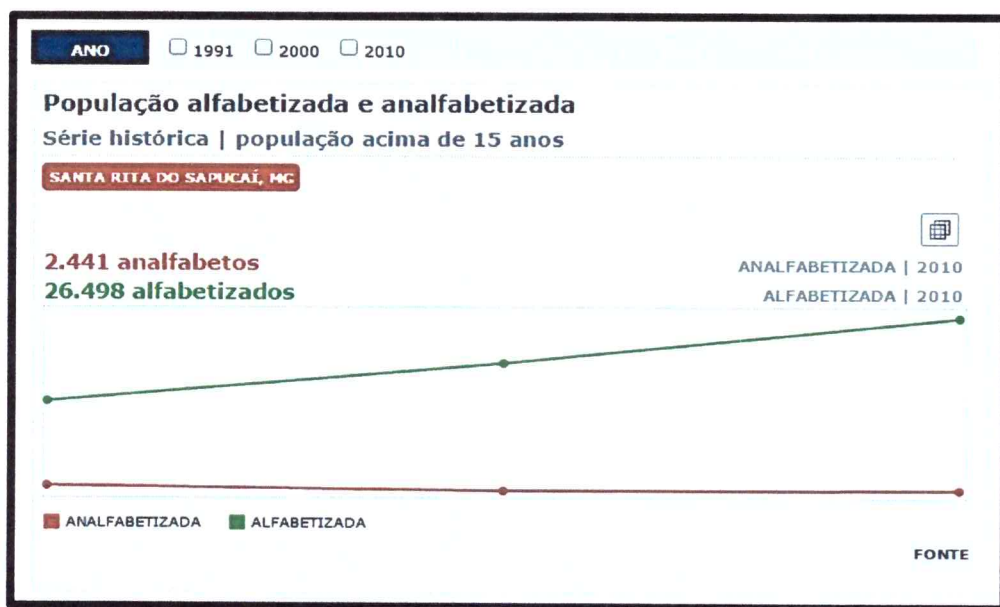
Segundo o Censo realizado pelo IBGE em 2010, o índice de analfabetismo entre os habitantes de Santa Rita do Sapucaí com mais de 15 anos é de 8,43% (2.441 habitantes não sabem ler ou escrever), conforme os gráficos abaixo:

GRÁFICO 10 – Taxa de Analfabetismo Municipal



Fonte: atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa_rita_do_sapucaí_mg

Gráfico 11 – População Alfabetizada e Analfabetizada



Fonte: atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa_rita_do_sapucaí_mg

Vale ressaltar que, dessa proporção de analfabetos, 2.063 fazem parte de um grupo formado por pessoas acima de 40 anos, o que demonstra que a educação tem sido cada vez mais efetiva no município.

4.1 Educação Infantil no Município

A Educação Infantil constitui um instrumento fundamental para o atendimento das necessidades de desenvolvimento da criança, sendo dever do Município garantir o acesso e permanência de todas as crianças de 4 a 6 anos, nas pré-escolas, e de 0 a 3 anos, em número cada vez maior de Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's, assegurando o atendimento de suas necessidades básicas (sociais, cognitivas, afetivas, físicas).

Respeitando e atendendo às características e necessidades de cada comunidade, a Educação Infantil tem como objetivo a socialização e a formação da criança, preservando sua individualidade. A Educação Infantil cumpre um papel socioeducativo próprio e indispensável ao desenvolvimento da criança, valorizando as experiências e os conhecimentos que ela já possui e criando as condições para que socialize valores, vivências, representações, elaborando identidades étnicas, de gênero e de classe.

Nessa linha de reflexão, fica claro que, para além do treino de habilidades e formação de hábitos de higiene, a Educação Infantil se redefine como uma etapa sistemática do processo de desenvolvimento da criança, ampliando seu universo cultural, tornando-a mais capaz de agir com independência e fazer escolhas nas mais diversas situações. Tal processo ocorre numa dimensão lúdica que, respeitando o jogo como “o fazer infantil”, possibilita a observação da realidade, a elaboração de noções, o desenvolvimento das linguagens de representação, das estruturas linguísticas, a ampliação de vocabulário, enfim a construção do conhecimento necessário à compreensão da realidade.

De acordo com a lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a lei 9394/96, em seu artigo 4º, estabelece que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. Dessa forma a educação infantil passa ser obrigatória sendo dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade, de acordo com o artigo 6º da lei supra citada.

Experiências têm demonstrado que, além do cumprimento de um direito do aluno e de um dever do estado, o investimento na educação infantil repercute, imediatamente, no acesso e permanência, com mais êxito, no ensino fundamental.

O município fez adesão ao Programa Brasil Carinhoso, informando o quantitativo de alunos de zero a vinte e quatro meses, inscritos no Programa Bolsa Família, matriculados na Educação Infantil, em tempo integral ou parcial. Estes totalizaram 150 crianças. O valor repassado ao município foi de R\$107.878,87 (cento e sete mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos) que serão utilizados na melhoria das escolas.

Santa Rita do Sapucaí oferece a Educação Infantil nas redes municipal e particular, totalizando 23 escolas que atendem crianças entre 0 a 5 anos em diversas as localizações do município.

TABELA 18 - Matrículas Nas Redes Públicas E Particulares Do Município

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	25	11.198	454	445
2008	26	11.565	467	459
2009	25	11.397	466	461
2010	25	11.203	461	450
2011	25	11.315	461	456
2012	26	11.096	446	442
2013	26	10.642	449	446
2014	26	10.376	460	442

Fonte: MEC/INEP – 2013 e complementado pela Secretaria Municipal de Educação.

TABELA 19 – Indicadores da Educação Básica Municipal

	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
2008	374	713	3.165	2.846	1.728
2009	353	785	3.206	2.667	1.712
2010	426	833	3.119	2.446	1.721
2011	655	847	3.014	2.514	1.751
2012	701	931	2.819	2.544	1.717
2013	719	956	2.667	2.601	1.645

Fonte: MEC/INEP – 2013 – Acrescido de dados da Secretaria Municipal de Educação

TABELA 20 – Instituições que oferecem Educação Infantil no Município

Ano	Educação Infantil		
	Urbana	Rural	Total
2007	5	6	11
2008	5	6	11
2009	5	6	11
2010	5	6	11
2011	5	6	11
2012	6	6	12
2013	6	5	11
2014	6	5	12

Fonte: ide/mec/gov.br/2014

TABELA 21 – Matrículas na Educação Infantil no Município:

Dependência	Creche	Pré-Escola
Estadual	0	0
Municipal	338	799
Privada	295	150
Total	633	949

Fonte: Censo Escolar/INEP 2014

Pode-se constatar também que, de acordo com a tabela a seguir, o número de professores com Licenciatura e graduação aumentou. Isto mostra que os professores buscam ampliar sua formação acadêmica, se aprimorando para atender os objetivos da educação infantil e também do Ensino Fundamental.

TABELA 22 – Professores com Licenciatura e Graduação

Ano	Ensino Médio/Técnico	Graduação	Pós-graduação	Mestrado
2007	17,2%	78,9	16,1%	1,7%
2013	11,1%	84,6%	27,6%	1,9%

Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/15-formacao-professores/dossie-localidades>

Em relação à infraestrutura das escolas, englobando serviços, dependências e equipamentos, observa-se que as instituições de ensino estão bem equipadas; principalmente para o uso das novas tecnologias na educação que já é uma realidade no cotidiano das escolas do município denominado “O Vale da Eletrônica”.

TABELA 23 - Infraestrutura das escolas

Infraestrutura	Santa Rita do Sapucaí	Minas Gerais	Brasil
Água via rede pública	77%	79%	69%
Energia via rede pública	100%	99%	94%
Esgoto via rede pública	100%	72%	45%
Coleta de lixo periódica	100%	80%	72%
Biblioteca	65%	61%	35%
Cozinha	100%	97%	91%
Laboratório de informática	77%	51%	45%
Laboratório de ciências	19%	13%	11%
Quadra de esportes	54%	41%	31%
Sala de leitura	23%	11%	21%
Sala para a diretoria	92%	73%	67%
Sala para os professores	62%	64%	53%
Sala para atendimento especial	8%	11%	12%
Sanitário dentro do prédio da escola	100%	95%	86%
Sanitário fora do prédio da escola	35%	18%	17%
Escolas com dependência acessíveis para portadores de deficiência	31%	28%	22%
Escolas com sanitários acessíveis para portadores de deficiência	35%	30%	26%

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 / QEDu.org.br

TABELA 24 - Equipamentos, Tecnologia e Funcionários

Equipamentos, Tecnologia e Funcionários	Santa Rita do Sapucaí	Minas Gerais	Brasil
Aparelho de DVD	100%	84%	74%
Impressora	96%	78%	69%
Antena parabólica	46%	41%	26%
Máquina copiadora	42%	60%	47%
Retroprojektor	50%	43%	33%
Televisão	100%	87%	77%
Internet	77%	68%	58%
Banda Larga	77%	58%	48%
Computadores uso dos alunos	830 equipamentos	152.943 equipamentos	1.608.829 equipamentos
Computadores uso administrativo	133 equipamentos	59.940 equipamentos	569.711 equipamentos
Funcionários em todas as escolas	1.145 funcionários	575.228 funcionários	5.547.105 funcionários

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013 - QEdu.org.br

4.2 Ensino Fundamental

Para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, a Constituição previa a aplicação de recursos dos municípios, dos estados e da União. Com a Lei 9424/96, o governo federal propôs a criação de um Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério restrito ao nível fundamental regular, com investimentos de estados e municípios, proporcionais às arrecadações e ao número de alunos atendidos nas redes. Além de seguir a lógica da descentralização - no sentido da transferência apenas das responsabilidades, o Fundo parte do estabelecimento de um custo-aluno abaixo do já praticado em muitas unidades federadas e muito aquém das necessidades de uma educação de qualidade. O Custo aluno do FUNDEB definido para o ano de 2015 é de R\$ 2.576,36.

Com a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, é regulamentado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, revogando dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004. Fica definido, assim, que pelo menos 5% (cinco por cento) do montante dos impostos e transferências que compõem a cesta de recursos

4.2.1 Taxas de Distorção de Série

Com relação às crianças com idade certa na escola, nas tabelas abaixo apresentavam observase que no ano de 2013, 8% dos alunos dos Anos Iniciais distorção idade-série e 24% dos discentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental não estavam matriculados na série adequada à sua idade.

TABELA 26 - Taxa de distorção de idade-série, Anos Iniciais.

Ano	Total Indicador
2006	14%
2007	16%
2008	15%
2009	15%
2010	14%
2011	12%
2012	11%
2013	8%

Fonte: Mec/Inep/Deed/CSI

TABELA 27 - Taxa de distorção de idade-série, Anos Finais

Ano	Total Indicador
2006	40%
2007	36%
2008	33%
2009	31%
2010	28%
2011	29%
2012	26%
2013	24%

Fonte: Mec/Inep/Deed/CSI

Com base nos dados do Censo Escolar 2013, Inep, com relação a taxa de abandono no Ensino Fundamental, vale ressaltar que em Santa Rita do Sapucaí, no ano de 2013, o índice nos anos iniciais foi de 0% e nos anos finais foi de 1,6%. A taxa de reprovação neste mesmo ano atingiu o percentual de 3,2% nos anos iniciais e 6,6% nos anos finais do Ensino Fundamental. O índice de aprovação neste mesmo período, se comparada a taxa de aprovação dos anos iniciais com

os anos finais, demonstra que houve decréscimo de 96,8% para 91,8%. Com esta análise pode-se constatar que quanto mais se avança nos estudos menor é a taxa de aprovação.

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir média 6,7 no Ideb nos Anos Iniciais e média 6,2 nos Anos Finais no Ensino Fundamental até o fim da vigência do plano, é uma meta do PMDE.

4.2.2 IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

Em Santa Rita do Sapucaí o Ideb 2013 nos anos iniciais da rede pública já atingiu a meta e alcançou 6.3, mas teve queda. Agora o desafio é garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Nos anos finais o Ideb 2013 da rede pública atingiu a meta e cresceu.

TABELA 28 – IDEB Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
SANTA RITA DO SAPUCAÍ	4.6	5.1	6.0	6.4	6.3	4.7	5.0	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4	6.7

Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>

TABELA 29 – IDEB Anos Finais do Ensino Fundamental

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
SANTA RITA DO SAPUCAÍ	4.3	4.1	4.2	5.1	5.2	4.3	4.5	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2

Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>

4.3 Ensino Médio

O Ensino Médio em Santa Rita do Sapucaí é ofertado por 3 escolas estaduais e 2 escolas particulares. Incluindo a modalidade de ensino EJA- Ensino Médio em 2 escolas estaduais e 1 escola municipal.

Em função dos avanços observados na alfabetização da população brasileira desde a década de 1990, o município apresenta, entre a população de 15 anos ou mais de idade, Taxa de

Alfabetização de 91,4% no ano de 2010. As taxas correspondentes ao estado e ao país eram de 91,8% e de 90,6%, respectivamente.

Em relação ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) os alunos das redes estaduais e privadas, matriculados no Ensino Médio, apresentaram como média total para redação e prova objetiva a pontuação de 569 para rede estadual e 619 para a rede privada em 2013.

TABELA 30 – Escolas de Ensino Médio do Município participantes do ENEM 2013

ESCOLAS DE A A Z	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação
EE DR DELFIM MOREIRA 80% de taxa de participação (115 participantes)	521 pts	472 pts	504 pts	535 pts	569 pts
DE ELETRONICA FRANCISCO MOREIRA DA COSTA 84% de taxa de participação (126 participantes)	582 pts	535 pts	554 pts	667 pts	619 pts
TECNOLOGICO DELFIM MOREIRA 83% de taxa de participação (20 participantes)	568 pts	535 pts	548 pts	606 pts	540 pts

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/2956-santa-rita-do-sapucaí/enem?edition=2013>

Obs: Não há dados da E. E. Sinhá Moreira e E. E. Sanico Teles do ano de 2013 registrados no INEP, porém, de acordo com as secretarias das escolas houve participação dos alunos.

TABELA 31 – Distorção de Idade-Série do Ensino Médio no Município em 2013

Nome da Escola	Distorção Idade-Série
Escola Estadual Dr. Delfim Moreira	18%
Escola Estadual Sanico Teles	39%
Escola Estadual Sinhá Moreira	43%
Colégio Tecnológico Delfim Moreira	9%
Escola Técnica De Eletrônica Francisco Moreira Da Costa	8%

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/2956-santa-rita-do-sapucaí/distorcao-idade-serie>

TABELA 32 – Taxa de Rendimento Escolar no Município em 2013 nas escolas públicas e particulares.

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	3,2% 86 reprovações	0,0% nenhum abandono	96,8% 2.582 aprovações
Anos Finais	6,6% 172 reprovações	1,6% 42 abandonos	91,8% 2.389 aprovações
Ensino Médio	10,0% 164 reprovações	3,8% 62 abandonos	86,3% 1.420 aprovações

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/2956-santa-rita-do-sapucaí/taxas-rendimento>

4.4 Ensino Integral

O programa visa atender crianças e adolescentes do município em torno de uma proposta pedagógica que responda às necessidades básicas dos alunos das escolas públicas. As Escolas Estaduais e Municipais aderidas ao Tempo Integral passam a oferecer, além de uma educação de qualidade no turno regular, atividades pedagógicas no turno inverso, atendendo os

estudantes de forma completa. Além de profissionais capacitados e materiais didáticos, cada estudante recebe no mínimo três refeições diárias, garantindo melhores condições para o seu aprendizado.

O programa é destinado a crianças e adolescentes de baixo poder aquisitivo, oportunizando-lhes uma maior qualidade de ensino, na medida em que são trabalhados em todas as áreas do conhecimento, ampliando, com metodologias diversificadas, os conteúdos da base curricular.

Em Santa Rita do Sapucaí, 3 escolas estaduais, 5 escolas particulares e 4 escolas municipais já possuem turmas de Tempo Integral.

4.5 Educação Profissional

O município de Santa Rita do Sapucaí, atualmente, oferta os seguintes cursos técnicos através do programa PRONATEC, em parceria com o Colégio Tecnológico Delfim Moreira:

TABELA 33

Cursos	Vagas
Técnico em Contabilidade	50
Técnico em Informática	50
Técnico em Enfermagem	50
Técnico em Segurança do Trabalho	50

Fonte: <http://centralpronatec.com.br/curso-tecnico-santa-rita-do-sapucaí/2014>

TABELA 34 – Cursos Técnicos ofertados pelo SENAI

Cursos	Vagas
Técnico em Eletroeletrônica	30
Técnico em Administração	30
Técnico em Rede de computadores (EAD)	30

Fonte: <http://www7.fiemg.com.br/regionais/sul/unidade/senai-santa-rita-do-sapucaí-cdtsve-stefan-bogdan-salej>

TABELA 35 - Cursos de Aprendizagem oferecidos pelo Senai com duração de 6 meses:

Cursos	Vagas
Eletrônica	20
Instalação Elétrica Predial	20
Instalação Técnica Industrial	20
Instalação e Reparação de Redes Locais	20
Processos Administrativos	20
Processos Logísticos	20

Fonte: <http://www7.fiemg.com.br/regionais/sul/unidade/senai-santa-rita-do-sapucaí-cdtsve-stefan-bogdan-salej>

TABELA 36 - Cursos Técnicos ofertados pela ETE – Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa com duração de 3 anos:

Cursos	Vagas
Técnico em Eletrônica	100
Técnico em Telecomunicações	100
Técnico em Equipamentos Biomédicos	100

Fonte: <http://etefmc.com.br/>

4.6 Educação Superior

O município de Santa Rita do Sapucaí possui 3 instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de graduação, pós graduação e mestrado.

4.6.1 Cursos oferecidos pelas Instituições de ensino superior que atuam na cidade:

TABELA 37 - INATEL – Instituto Nacional de Telecomunicações:

Graduação	Vagas Anuais	Pós -Graduação	Carga Horária	Mestrado	Duração
Engenharia de Telecomunicações	250	Engenharia de Redes e Sistemas de Telecomunicações	392h	Mestrado em Telecomunicações	2 anos
Engenharia Biomédica	120	Engenharia Biomédica e Engenharia Clínica	392h		

Engenharia de Controle e Automação	120	Engenharia de Sistemas Eletroeletrônicos, Automação e Controle Industrial	392h		
Engenharia da Computação	120	Desenvolvimento de Aplicações para Dispositivos Móveis e Cloud Computing	400h		

Fonte: www.inatel.com.br

TABELA 38 - FAI – Centro De Ensino Superior Em Gestão, Tecnologia E Educação

Graduação	Vagas Anuais	Duração
Administração	240	4 anos
Engenharia de Produção	120	5 anos
Sistemas de Informação	100	4 anos
Pedagogia	50	4 anos

Fonte: <http://www.fai-mg.br/>

TABELA 39 - FAI – Centro De Ensino Superior Em Gestão, Tecnologia E Educação

Pós – Graduação	Carga Horária
Gestão Financeira e Controladoria	392h
Gestão Estratégica de Marketing	400h
Gestão Estratégica de Negócios	400h
Gestão Estratégica de Pessoas	400h
Gestão de Operações e Logística	400h
Gestão Estratégica de Projetos - Metodologia PMI	360h
Gestão Integrada de Meio Ambiente, Segurança, Saúde e Responsabilidade Social	400h
Desenvolvimento Ágil de Aplicativos Para Web e Dispositivos Móveis	400h
Docência no Ensino Superior	360h
Educação Inclusiva e Especial	360h
Psicopedagogia	600h

Gestão Educacional: Gestão Escolar, Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Inspeção Escolar	600h
Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para Educação	360h

<http://www.fai-mg.br/npg/index.php/educacao>

FACINTER – Grupo UNINTER: Centro Universitário Internacional

A Universidade oferece dezenas de cursos de Graduação e Pós-Graduação em diversas áreas do conhecimento em modo EAD – Ensino à Distância.

4.6.2 Números do Ensino Superior

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas) houve um significativo aumento do acesso ao Ensino Superior no país, e pode-se sentir o reflexo desse aumento em Santa Rita do Sapucaí, pois, em 1991, 6,79%, em 2000 eram 10,51% e, já no ano de 2010 23,17% dos jovens adultos de 18 a 24 anos, estavam cursando o ensino superior.

Já de acordo com pesquisa do IBGE em 2010 havia em nosso município, 1.836 alunos matriculados no Ensino Superior, 218 alunos matriculados em cursos de especialização e 40 alunos matriculados em mestrados.

4.7 Educação de Jovens e Adultos

O município de oferece a modalidade de ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos para os anos finais do Ensino Fundamental e também na modalidade EJA Ensino Médio, nas modalidades presencial e semipresencial.

Ainda não existe a EJA integrada à Educação Profissional em nosso município.

4.8 Valorização dos profissionais da educação

4.8.1. Formação de professores

Nenhum sistema educacional pode considerar a perspectiva de manter ensino de qualidade, sobretudo de qualidade social, a não ser que se disponha a investir com seriedade na formação básica e continuada dos profissionais da educação e, de forma mais específica, na formação do magistério para todos os níveis e modalidades educacionais.

Desde dezembro de 1996, a LDB, em seu Art.62, determina que "A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental a oferecida em nível médio na modalidade Normal.

TABELA 40 - Porcentagem de professores da Educação Básica com Curso Superior em Santa Rita do Sapucaí – MG.

Ano	Com superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
2007	78,9%	367	12,9%	60	66%	307
2008	78,5%	375	8,8%	42	69,7%	333
2009	78,1%	375	9,4%	45	68,8%	330
2010	74,9%	362	9,1%	44	65,8%	318
2011	84,2%	400	13,3%	63	70,9%	337
2012	83,7%	401	15,2%	73	68,5%	328
2013	84,6%	395	13,5%	63	71,1%	332

Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/15-formacao-professores/dossie-localidades>

TABELA 41 - Porcentagem de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental que possuem Licenciatura na área em que atuam em Santa Rita do Sapucaí – MG.

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura na área em que atua	
2009	100%	124	94,4%	117	55,6%	69	41,1%	51
2010	100%	120	89,2%	107	70%	84	56,7%	68
2011	100%	138	96,4%	133	92,8%	128	82,6%	114
2012	100%	135	96,3%	130	91,1%	123	82,2%	111
2013	100%	144	100%	144	94,4%	136	82,6%	119

Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/15-formacao-professores/dossie-localidades>

TABELA 42 - Porcentagem de professores do Ensino Médio que possuem Licenciatura na área em que atuam em Santa Rita do Sapucaí – MG.

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura na área em que atuam	
2009	100%	85	90,6%	77	36,5%	31	27,1%	23
2010	100%	91	90,1%	82	59,3%	54	38,5%	35
2011	100%	103	95,1%	98	78,6%	81	60,2%	62
2012	100%	108	95,4%	103	80,6%	87	62%	67
2013	100%	107	100%	107	86%	92	62,6%	67

Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/15-formacao-professores/dossie-localidades>

4.9 Formação continuada e pós-graduação dos professores

Ao analisar esta tabela verifica-se que no ano de 2007 apenas 15,5% dos professores tinham pós-graduação. No decorrer dos anos teve um aumento gradativo o que possibilitou aos professores melhor preparação.

TABELA 43 - Porcentagem de professores da Educação Básica com pós-graduação

Ano	Especialização		Mestrado		Doutorado	
2007	15,5%	72	1,7%	8	0,2%	1
2008	22,6%	108	1,7%	8	0,2%	1
2009	23,3%	112	1,5%	7	0,2%	1
2010	19,7%	95	1,4%	7	0,2%	1
2011	24,8%	118	1,7%	8	0,2%	1
2012	25,9%	124	1,7%	8	0,2%	1
2013	27%	126	1,9%	9	0,2%	1

Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/15-formacao-professores/dossie-localidades>

Mostra também que na educação de Santa Rita do Sapucaí alguns profissionais possuem mestrado e doutorado embora ainda seja um número pequeno.

4.10 Plano de carreira dos profissionais da Educação de Santa Rita do Sapucaí – MG

Em 2009 foi criada a Lei Complementar nº 079/2009 que dispôs sobre o Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração o Magistério do Município de Santa Rita do Sapucaí, beneficiando os profissionais contratados, efetivos, ativos e inativos.

4.11 Gestão Democrática

A gestão democrática da educação está vinculada aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação social: no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação da escola e da política educacional. Com a aplicação da política da universalização do ensino deve-se estabelecer como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação.

TABELA 44 - Instrumentos de Gestão Democrática

Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	SIM	SIM	SIM	NÃO

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros/Preparação: Todos pela Educação.

TABELA 45 - Conselho Municipal de Educação

Ano	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação reuniu nos últimos 12 meses?
2009	SIM	SIM
2011	SIM	SIM

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros/Preparação: Todos pela Educação

TABELA 46 - Caráter do Conselho Municipal de Educação

Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Não	Sim	Não	Sim
2009	Sim	Não	Sim	Sim
2011	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros/Preparação: Todos pela Educação.

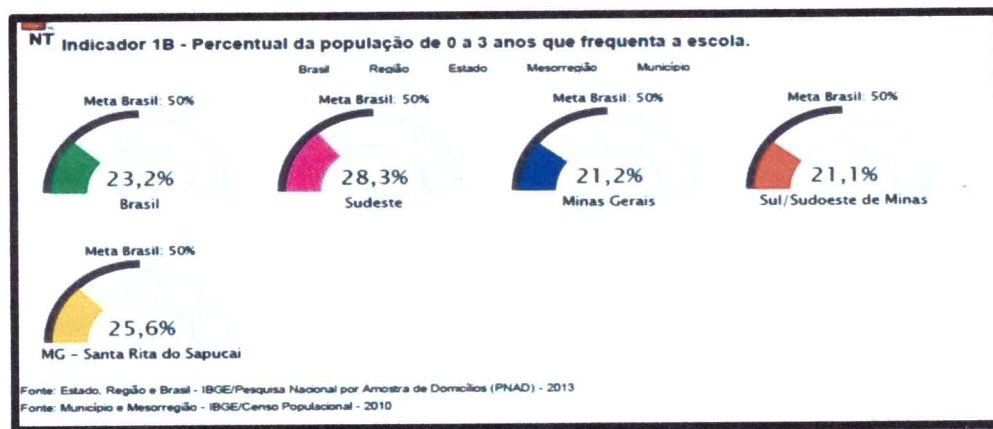
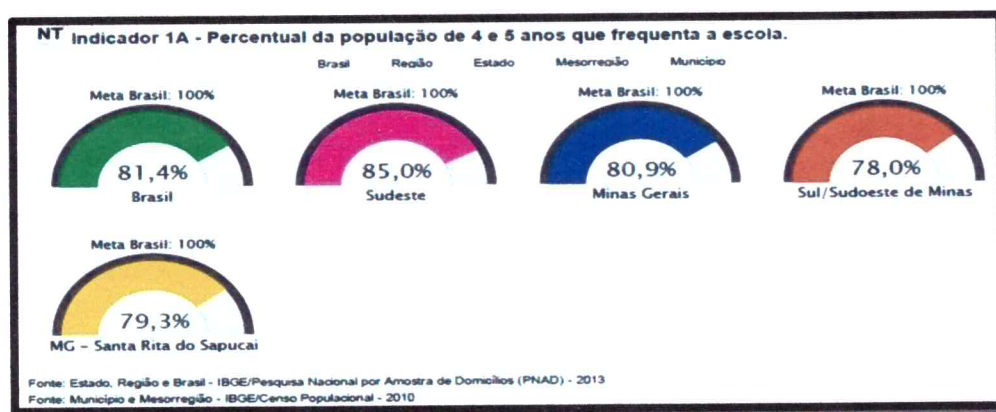
De acordo com os dados acima, município de Santa Rita do Sapucaí tem em sua organização, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Conselho Municipal de Educação.

No município de Santa Rita do Sapucaí a escolha dos diretores e vices são de livre escolha e exoneração, segundo art. 37 da Constituição Federal, sendo exercidos, em regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho ao Diretor e com a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais de trabalho ao Vice-diretor.

5.0 METAS E ESTRATÉGIAS PACTUADAS NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

5.1 META 1

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos até 2025.



- O município já universalizou o atendimento à criança de 4 e 5 anos.
- Até o final de 2015 o município já contará com as instalações do Programa Pró-Infância tipo B com capacidade para atender em período integral 224 crianças para crianças de 0 a 4 anos de idade.

O atendimento será realizado da seguinte maneira:

Creche I = 0 até 18 meses

Creche II = 18 meses até 3 anos

Creche III = 3 anos até 4 anos.

Pré - Escola para crianças de 4 até 5 anos e 11 meses.

➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1º ano de vigência do PMDE:

1.1 Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior, União e Governo Estadual visando promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil;

1.2 Construção de mais 3 creches até 2025 em parceria com União e Estado, de acordo com os padrões de infraestrutura exigidos pelo MEC.

1.3 Realizar, semestralmente, em regime de colaboração levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta anual e verificar o atendimento da demanda no município;

1.4 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.5 Implantar, até o segundo ano de vigência deste PMDE, avaliação da educação infantil, a ser realizada anualmente, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a aprendizagem do aluno, a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.6 Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.7 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que

atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

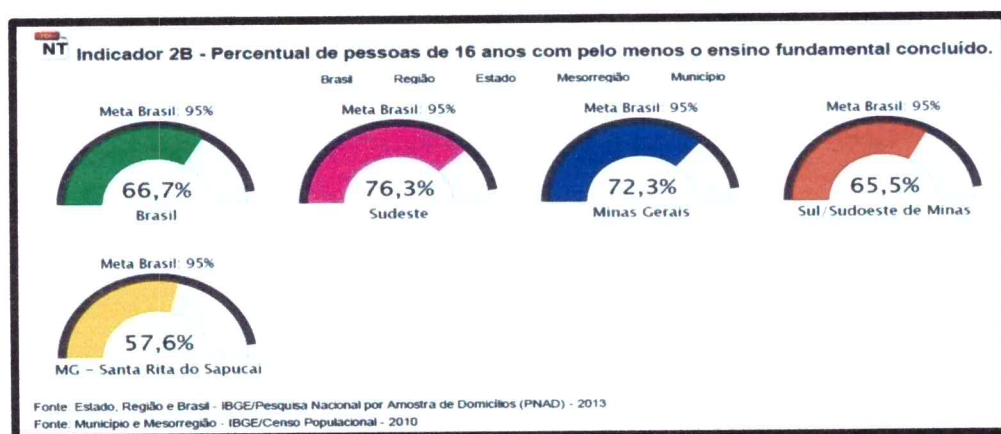
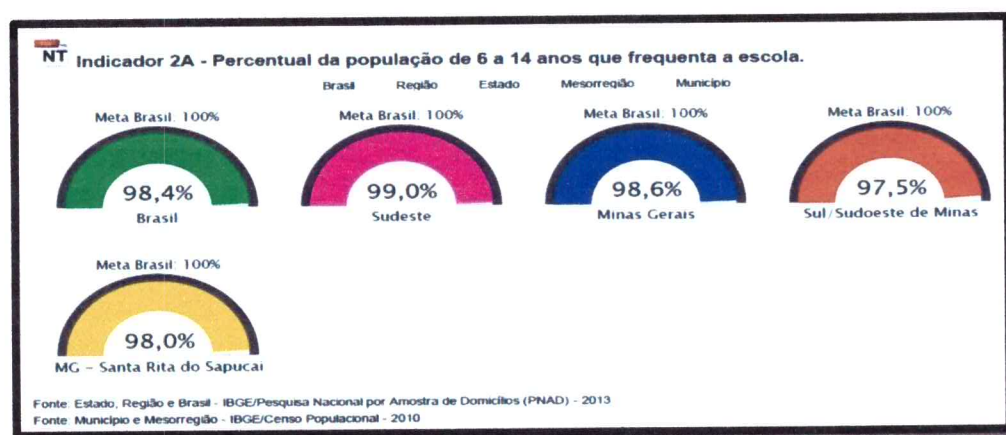
1.8 Estimular o acesso à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, através de campanha nas escolas e meios de comunicação;

1.9 Realizar, anualmente, em regime de colaboração com dados da Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Social, projetos para controle da natalidade e planejamento familiar;

1.10 Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior, União e Governo Estadual visando promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da Educação; em nível de graduação e especialização.

5.2 META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PDME.



Ampliar até 2025 para 100% o percentual de alunos com o Ensino Fundamental concluído. Discutir, trabalhar, estabelecer e criar instrumentos e monitoramento de fluxos dos alunos concluintes das escolas estaduais para que essas consigam atingir a meta.

➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

2.1 Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) dos anos finais do Ensino Fundamental;

2.2 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola e aprendizagem, em parceria com as áreas de saúde e assistência social;

2.4 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, utilizando mídias e meios de comunicação.

2.5 Ampliar o uso das tecnologias educacionais inovadoras nas práticas pedagógicas, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, adequando as diversas abordagens metodológicas aos alunos da nova atualidade;

2.6 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso, permanência e aprendizagem;

2.7 Através de parceria com a União e Governo Estadual construir uma escola para atender Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental até 2025.

2.8 Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior, União e Governo Estadual visando promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da Educação; em nível de graduação e especialização.

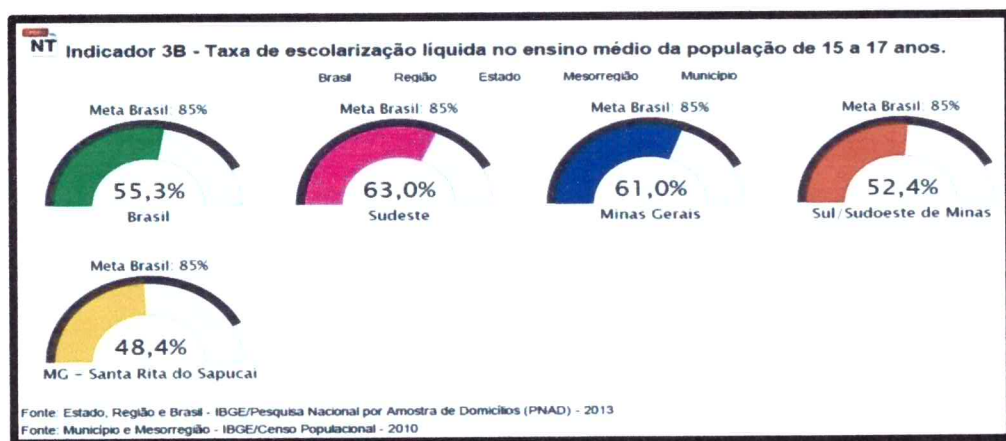
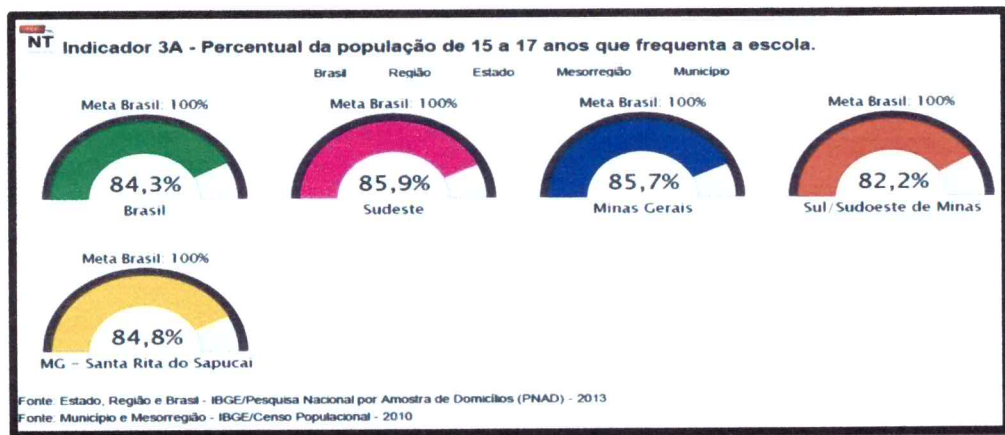
2.9 Promover periodicamente palestras e formação em serviço, visando a atualização e aperfeiçoamento da prática pedagógica.

2.10 Integrar novas tecnologias à prática educativa, com o objetivo de atender o novo perfil dos discentes.

2.11 Estabelecer parceria entre o Município, escolas estaduais e particulares para capacitação de todos os professores.

5.3 META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2025, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária.



➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

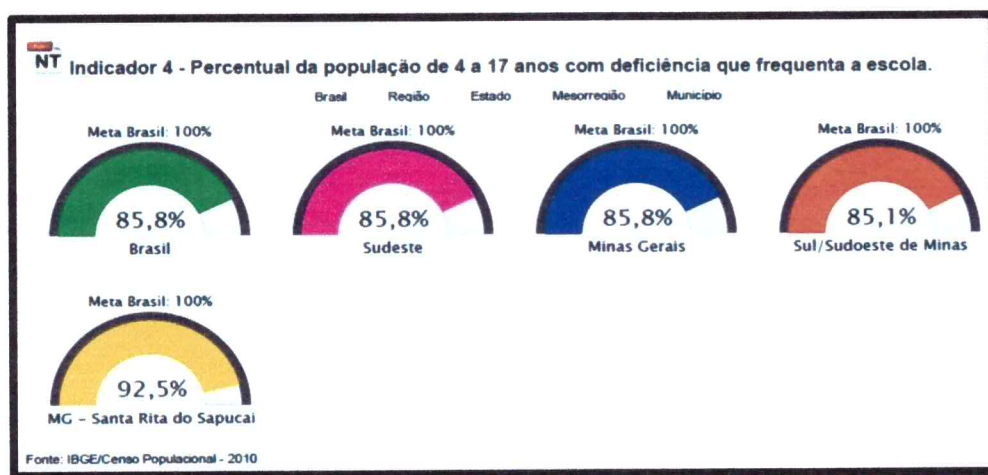
3.1 Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.2 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.3 Oferta de cursos profissionalizantes no Centro de Ensino Supletivo Joaquim Domingos Simões até 2025.

5.4 META 4

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.



O município possui o **CAPE – Centro de Atendimento Psicopedagógico ao Estudante**, que tem como objetivo o atendimento específico para os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem e necessitam de atendimento especializado. O CAPE conta com os seguintes profissionais:

- Psicólogas
- Psicopedagogas
- Fonoaudiólogas
- Professores de apoio

Nosso município mantém um convênio com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais renovado anualmente para atendimento de todos os alunos da rede municipal que apresentem deficiência.

O município oferece transporte adaptado para as crianças com deficiência.

- Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

4.1 Manter o atendimento no CAPE integrado por profissionais das áreas de saúde, psicologia, fonoaudiólogos e psicopedagogia, apoiando o trabalho dos (as) professores de educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência de aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Atualmente o CAPE funciona em espaço provisório dentro da Secretaria Municipal de Educação, porém, em 2016 deverá ter sua sede própria.

4.2 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

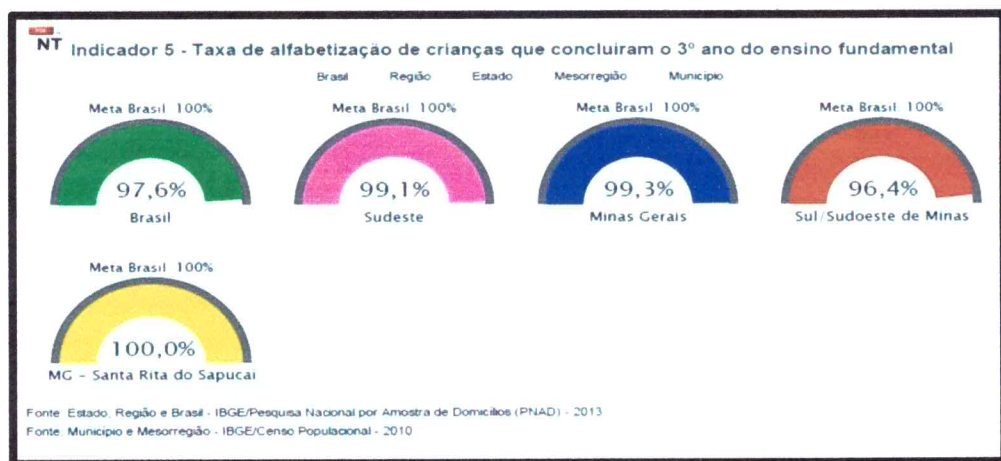
4.3 Garantir a reestruturação das escolas municipais visando o atendimento à acessibilidade das pessoas com deficiência, até 2025;

4.4 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.5 Assegurar que imediatamente após a aprovação deste PMDE, a Lei No. 12764, de 27 de dezembro de 2012, art. 3º parágrafo único, que dispõe sobre os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista seja cumprida.

5.5 META 5

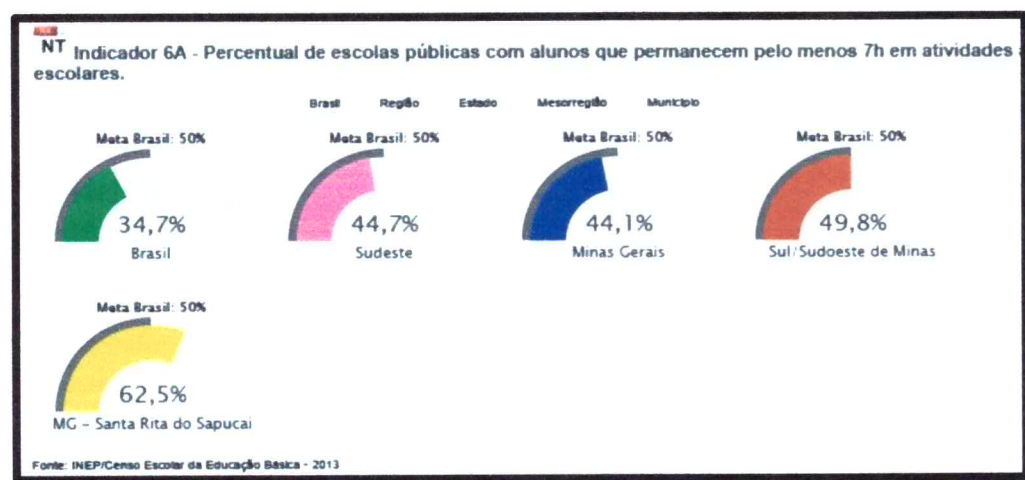
Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

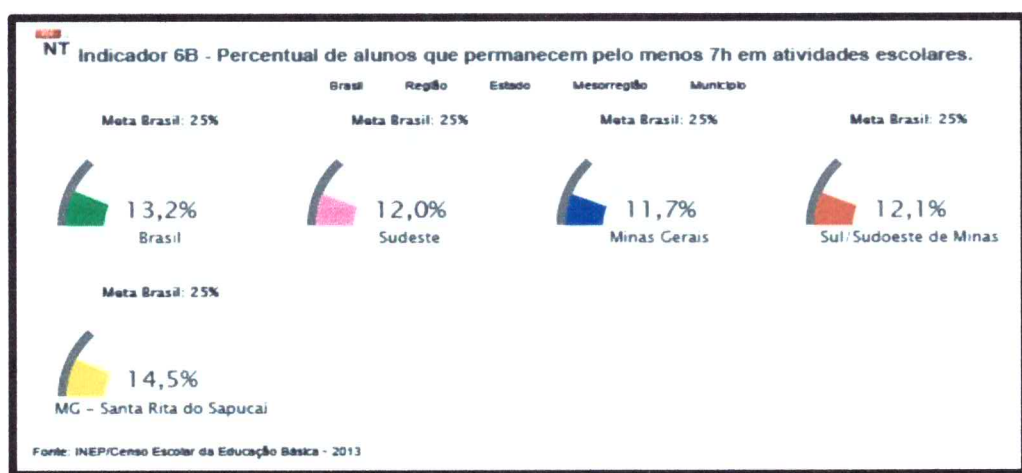


Meta concluída.

5.6 META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.





➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros;

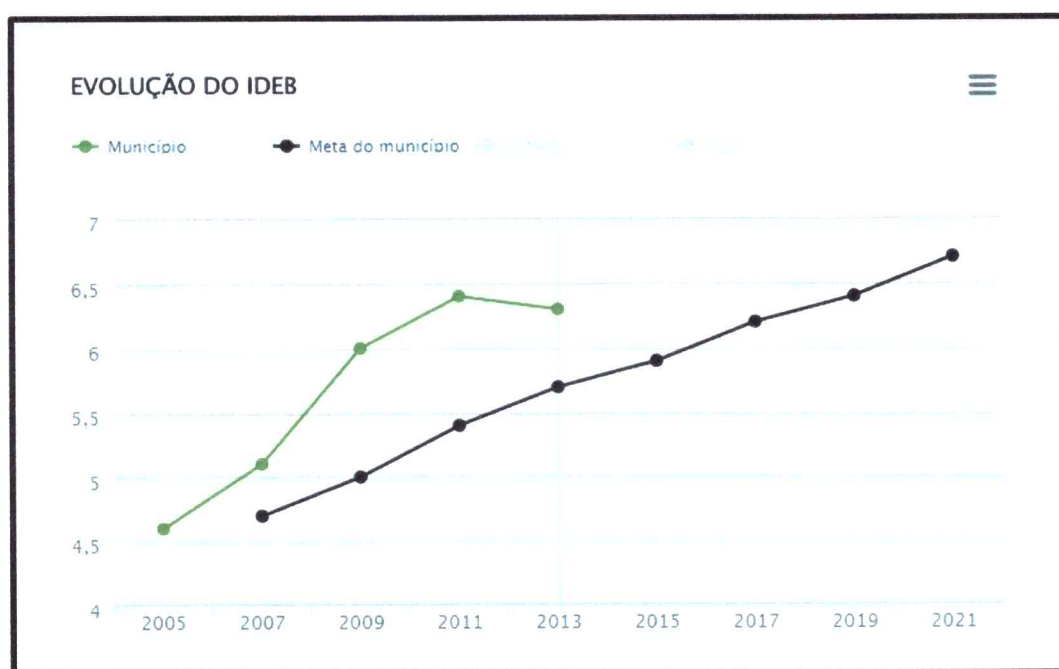
6.3 Atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, considerando-se as peculiaridades locais;

6.4 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

5.7 META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

GRÁFICO 10 – IDEB Santa Rita do Sapucaí – 2013.



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2013). Organizado por Meritt (2014)

➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

7.1 Induzir processo contínuo de auto-avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática

7.2 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.3 Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.4 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.5 Universalizar, até 2025 de vigência deste PMDE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga e triplicar a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública municipal, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

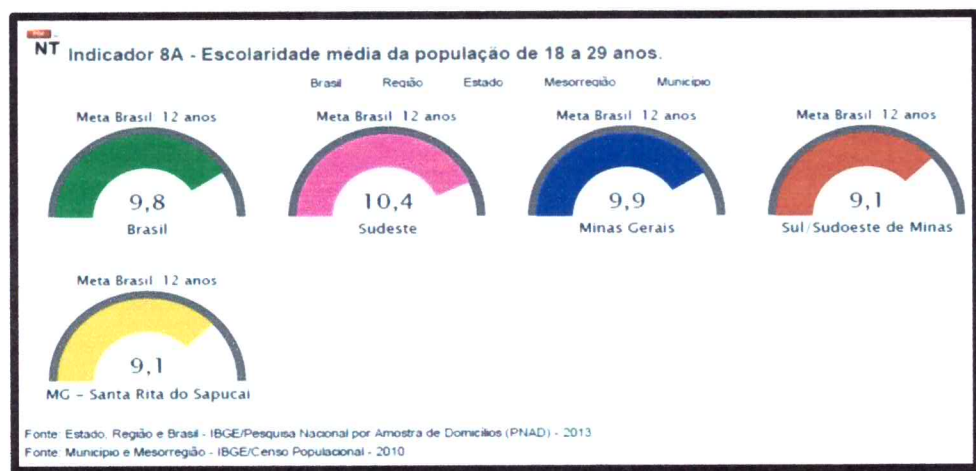
7.6 Informatizar integralmente a gestão das secretarias das escolas municipais, bem como manter programa formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias até 2018.

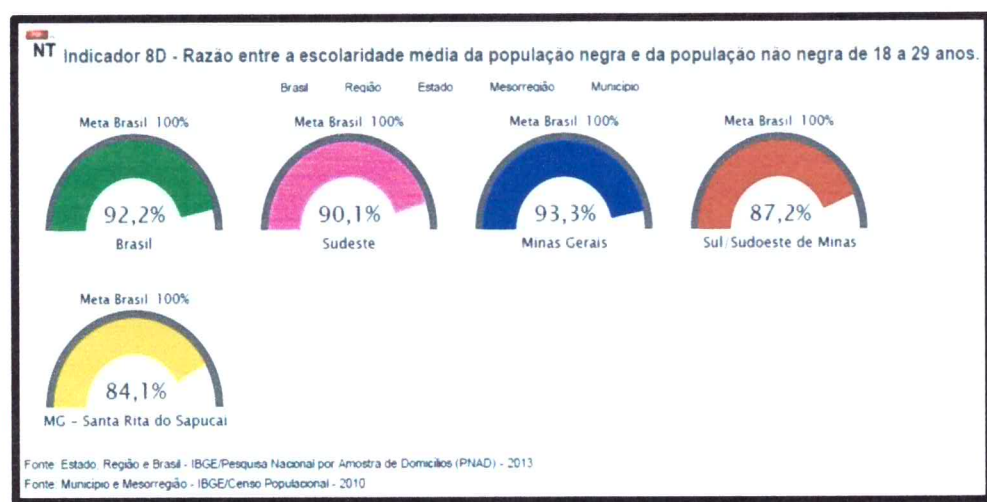
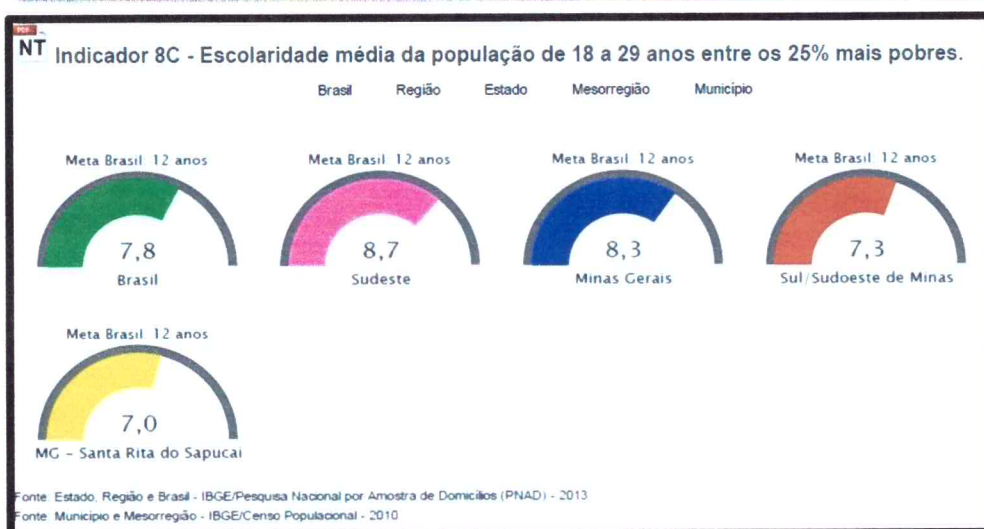
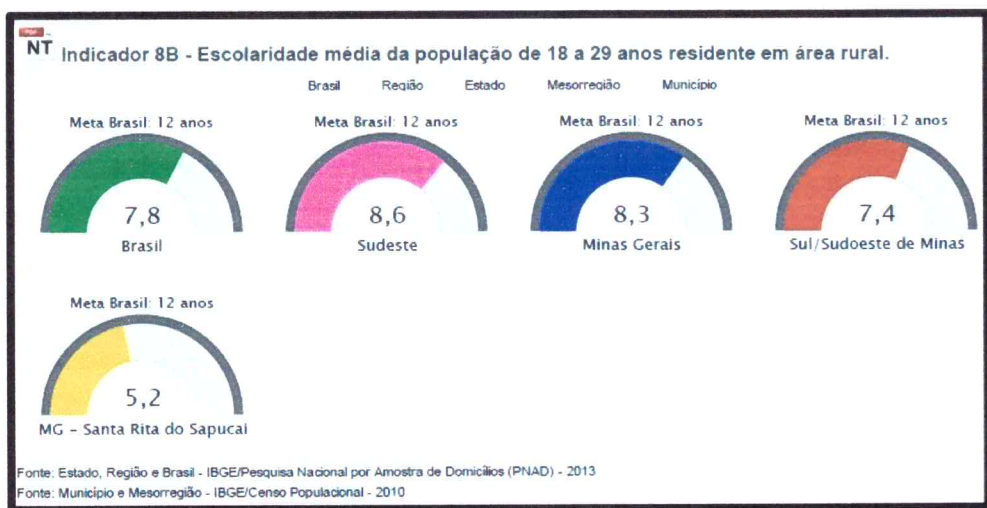
7.7 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.8 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

5.8 META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



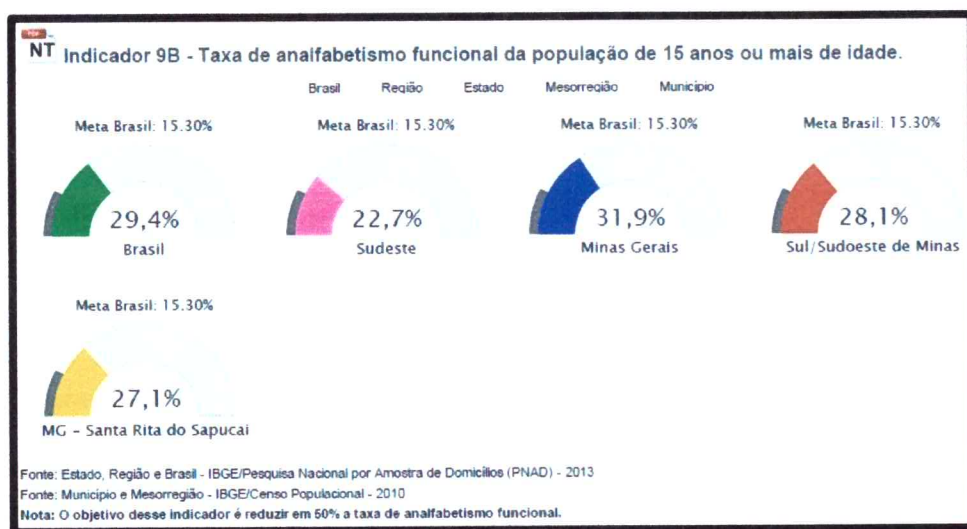
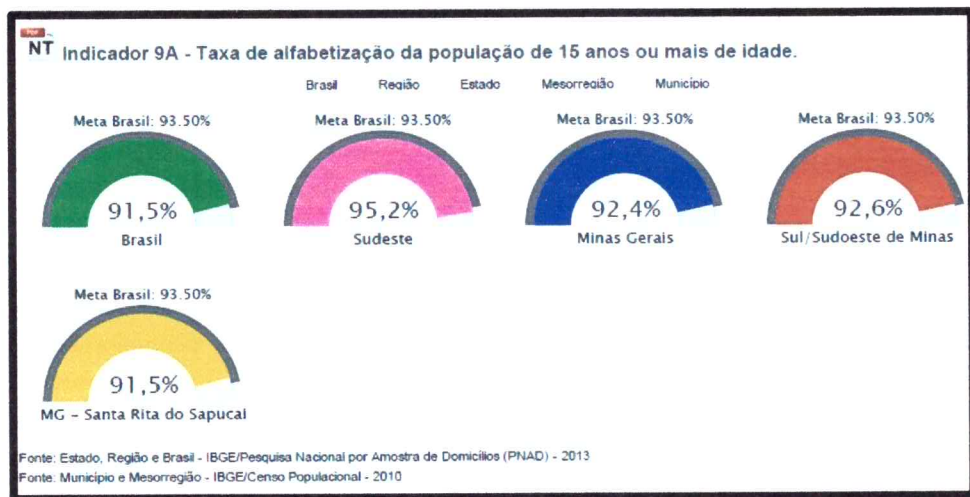


➤ Estratégias a serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

8.1 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

5.9 META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até o final da vigência do PNE, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.



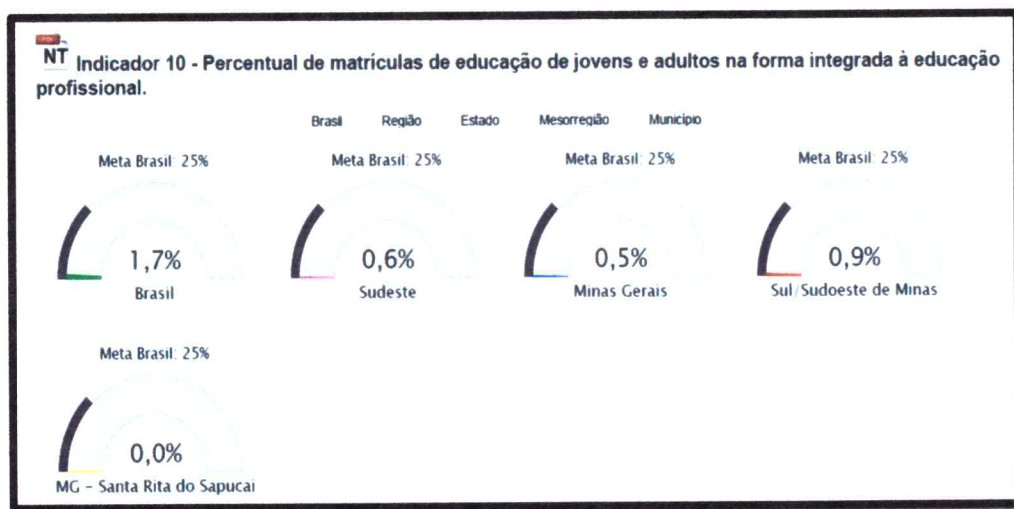
➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

- 9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

- 9.4 Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;
- 9.5 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;
- 9.6 realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.19 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, por meio de tecnologias que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;
- 9.20 Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino do município para implantar-se a EJA Profissionalizante.

5.10 META 10

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.



- Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

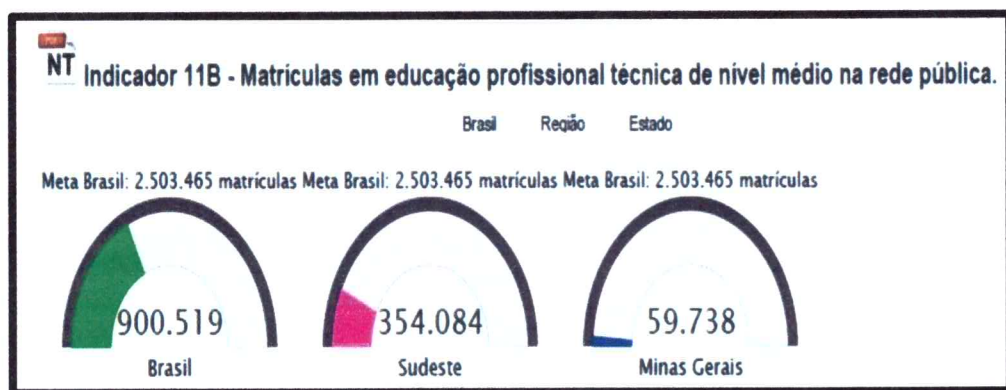
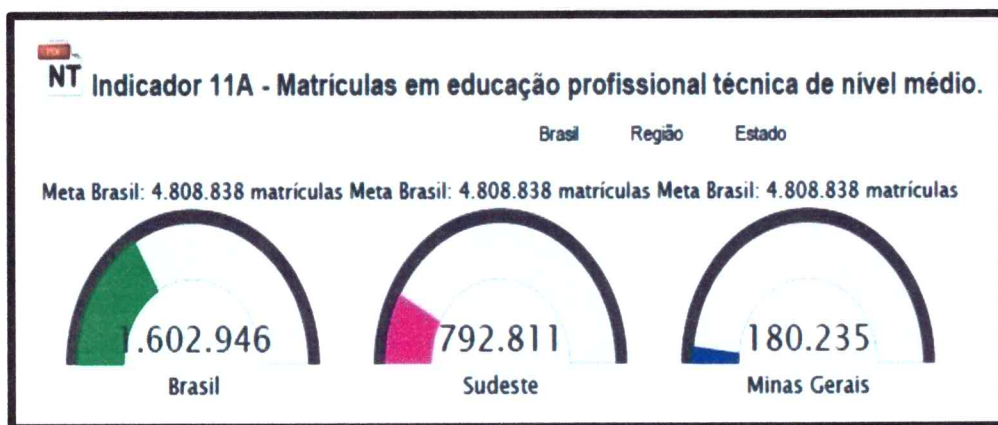
10.1 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores;

10.2 Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre

teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas.

5.11 META 11

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

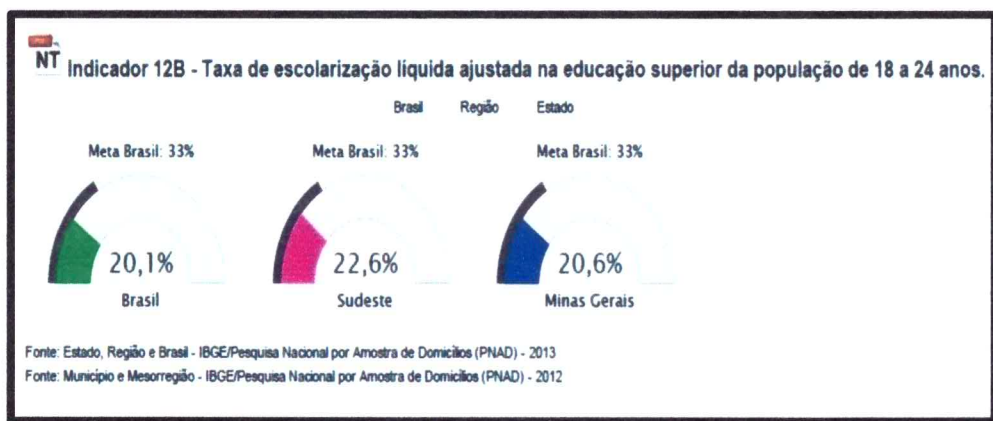
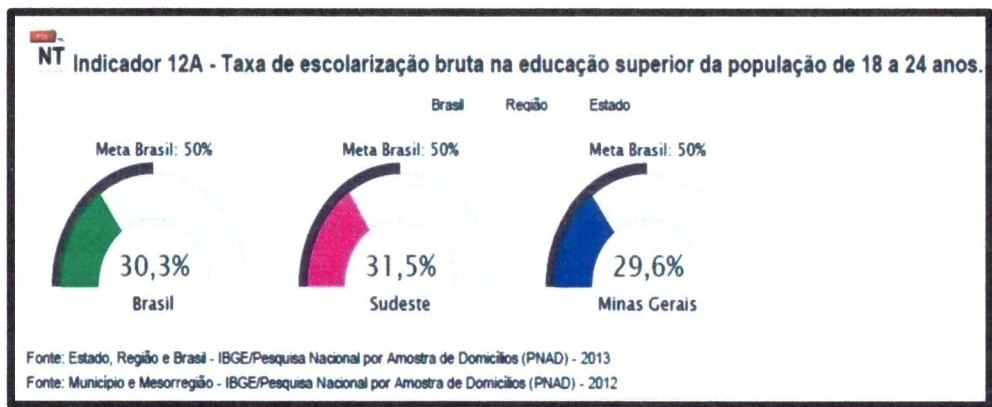


➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

1.1 Estimular a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

5.12 META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.



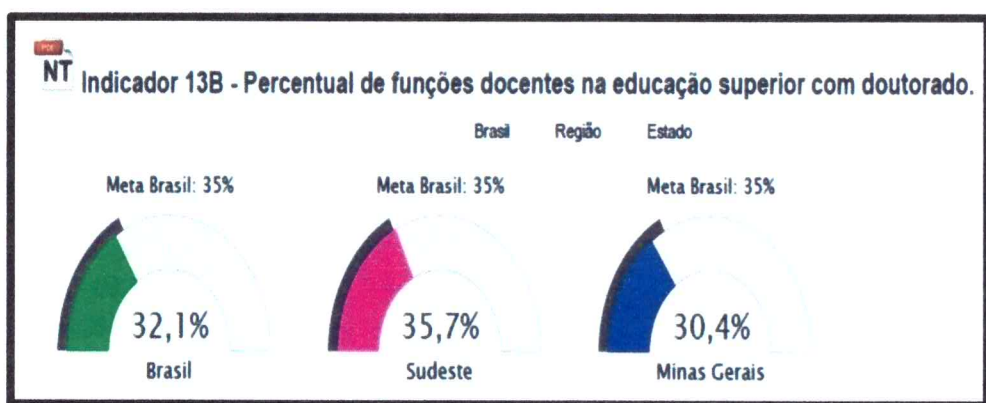
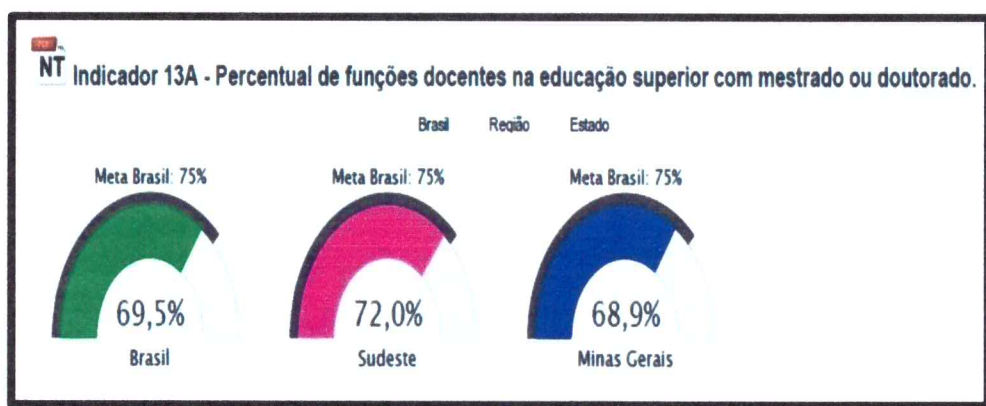
➤ Estratégias a serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

12.1 Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.2 Estimular os alunos da EJA- Ensino médio a se inscreverem no ENEM.

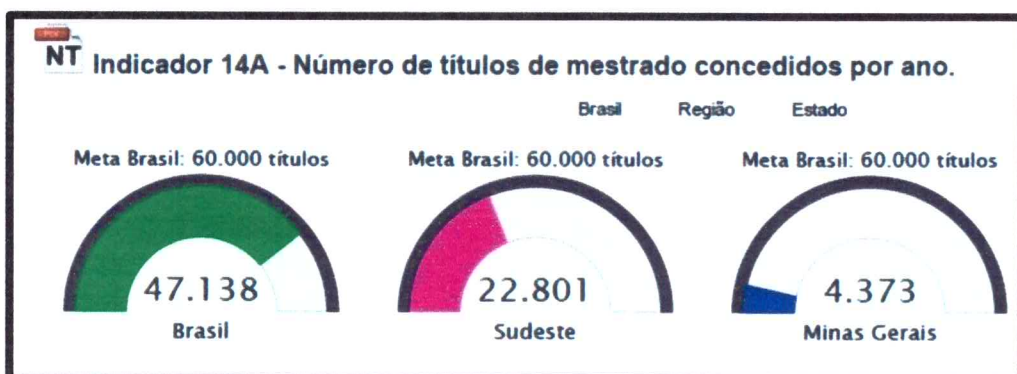
5.13 META 13

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.



5.14 META 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.



5.15 META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

15.1 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

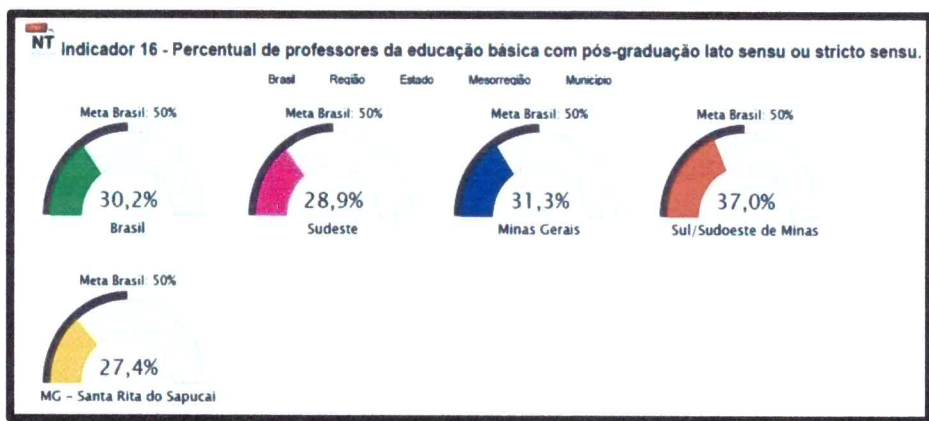
15.2 O estatuto e plano de carreira do magistério municipal, lei no. 4417 de 15 de junho 2010 prevê incentivo de 5% acrescidos nos proventos dos professores que possuam pós-graduação, acréscimo de 10% para mestrado e 15% para os profissionais que possuam doutorado.

15.3 Instituir e consolidar, uma plataforma eletrônica, com dados de formação de todos os professores da rede pública e privada, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação;

15.4 Acompanhar e integrar a política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, nos projetos e programas oferecidos pela União e Estado.

5.16 META 16

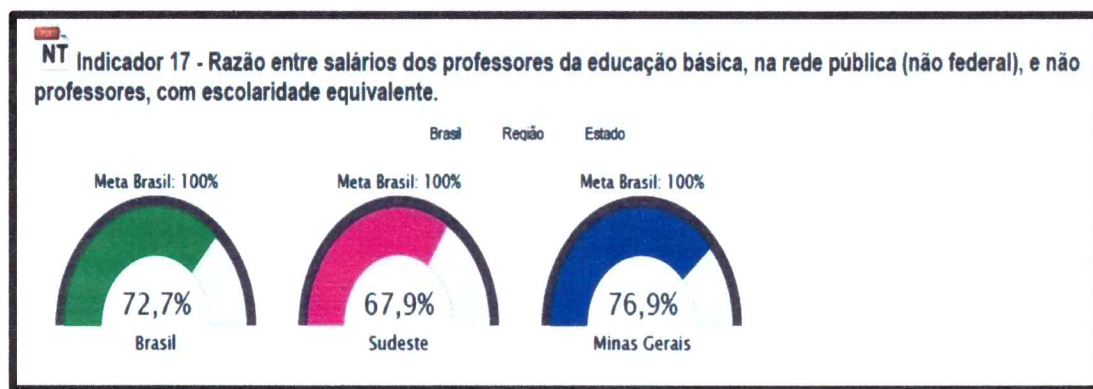
Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.



- O incentivo já se encontra no Estatuto e Plano de Cargo e Carreira do Magistério Municipal.
- Estratégia de apoio à ser cumprida a partir do 1 ano de vigência do PMDE:
 - Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

5.17 META 17

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PMDE.



- Estratégia à ser cumprida gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:
 - Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

5.18 META 18

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

18.1 Reestruturação do Estatuto e Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Santa Rita do Sapucaí;

18.2 Implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar com base em avaliação, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina e instalar a avaliação de desempenho para profissionais da educação efetivos como suporte para a aquisição das vantagens previstas no Estatuto e Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Santa Rita do Sapucaí;

18.3 Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PMDE, por iniciativa da Secretaria de Educação, o censo dos (as) profissionais da educação Infantil e básica a partir de 2016;

18.4 Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todas as instâncias da educação, para subsidiar a comissão responsável pela elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira a partir de 2016.

5.19 META 19

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

19.1 Desenvolver programas de formação em serviço de diretores e gestores escolares;

19.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, e de outros representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses conselheiros espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3 Incentivar o Município a constituir Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PDME e dos seus planos de educação;

19.4 Estimular, em todas as redes de educação básica, o fortalecimento do colegiado, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

5.20 META 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

➤ Estratégias à serem cumpridas gradativamente, a partir do 1 ano de vigência do PMDE:

2.1 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, para atender a implantação do CAQI – Custo Aluno Qualidade Inicial, que está sendo definido no âmbito nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES VISITADOS:

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências: Diário Oficial da União, nº 120-A , de 26/06/2014

BRASIL: MEC/MTb. Política para a Educação Profissional e Cooperação MEC/MTb. Brasília

(DF): Ministério da Educação e do Desporto/Ministério do Trabalho, 1995.

BRASIL: MEC/INEP. Roteiro e Metas para Orientar o Debate sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto/Ministério Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

BRASIL: MEC/INEP. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto/Ministério Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

BRASIL. Lei 9394/96 de 20.12.96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília

(DF): Diário Oficial da União, nº 248 de 23.12.96.

BRASIL, Lei 9424/96, 24 de dezembro de 1996 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do

Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

BRASIL, Ministério da Educação. Avaliação do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino

(MEC/ SASE), O Plano Municipal de Educação, caderno de orientações, 2014.

SANTA RITA DO SAPUCAÍ. Lei Nº 4.417/2010 de 15 de junho de 2010. Estatuto e Plano de

Carreira do Magistério Público Municipal.

<http://www.deepask.com/goes?page=santa-rita-do->

[sapucaí/MG http://www.qedu.org.br/cidade/2956-santa-rita-](http://www.qedu.org.br/cidade/2956-santa-rita-)

[do-sapucaí/ http://ideb.inep.gov.br/](http://ideb.inep.gov.br/)

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://atlasbrasil.org.br/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES VISITADOS:

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, nº 120-A, de 26/06/2014.